



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

JESSIANE DE BRITO SOUSA

**SABERES, VIVÊNCIAS E PRÁTICAS: tecendo olhares sobre a extensão
universitária no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, no período de 2011 a 2015**

CACHOEIRA-BA
2016

JESSIANE DE BRITO SOUSA

**SABERES, VIVÊNCIAS E PRÁTICAS: tecendo olhares sobre a extensão
universitária no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, no período de 2011 a 2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
colegiado de Serviço Social da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como parte dos
requisitos para obtenção de grau de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ma. Marcela Mary José da
Silva

CACHOEIRA-BA
2016

JESSIANE DE BRITO SOUSA

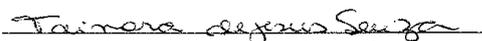
SABERES, VIVÊNCIAS E PRÁTICAS: TECENDO OLHARES SOBRE A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA NO CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA NO PERÍODO DE 2011 A
2015.

Cachoeira – BA, aprovada em 09/08/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Ms. Marcela Mary José da Silva
Presidente da Banca Examinadora



Prof.^a. Ms. Tainara de Jesus Souza
Membro da Banca Examinadora



Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira
Membro da Banca Examinadora

Dedico a minha mãe Anna, que dentro de todas as adversidades da vida dedicou seu afeto, tempo e coragem para criar suas filhas com a força de uma mulher nordestina, aguerrida e de fé.
Aos meus avós Maria Araújo, Valdimir Brito e Helena Santos, que compartilharam comigo vivências, aprendizados e sabedoria de quem construiu pontes nos caminhos

AGRADECIMENTOS

A chegada de um final de ciclo reabre memórias e saudades de um tempo vivido com pessoas queridas. Sem elas o caminho teria sido menos colorido e os dias cinzas seriam mais difíceis. Tento aqui agradecer a todos por esse encontro de vidas.

Agradeço a Deus e todos os Seres de Luz que estão comigo. Para além da racionalidade vejo vocês na natureza, lugar onde encontro calma frente as tempestades. A Minha mãe Anna, registro aqui minimamente minha gratidão pelo amor e sacrifícios de uma vida inteira. Agradeço as minhas irmãs Jessica e Anne pelo amor e amizades de sempre. Aos meus avós Maria, Valdimir e Helena agradeço pela sabedoria compartilhada.

As minhas tias e tios que me acolheram em momentos tempestivos, muito obrigada. Tia Aurenir, Tia Jura, Tia Nega, Tio Josias, Tio Joel, Tio Rubens, Tio José, Tio Antônio e Tio Getúlio, vocês foram base quando por vezes me faltou o chão. Agradeço a todos os familiares que estiveram me incentivando e apoiando nessa jornada.

Agradeço aos meus amigos de vida, Amanda, Nayara, Marjorie e Jailton, que mesmo nas minhas andanças e distâncias estão comigo. Aos que se tornaram amigos: Carol, Simone, Michele, Carine, Sandro e Joney agradeço pelo companheirismo e tantos momentos de gargalhadas e lágrimas compartilhadas.

Agradeço a Tia Flora pelo cuidado materno quando a distância de um colo de mãe parecia ser maior. As minhas amoras Jamile, Maíra e Carol. É muito amor e bem querer envolvido - pimenta e doçura. Nossos encontros são de alma. Leila, agradeço a ti pela confiança, diálogos, companhia e comidas gostosas. Agradeço as minhas delícias: Yasmin, Laila e Letícia por tanta luz e verdade; e a Marcos pelas loucuras tão essenciais a vida.

Agradeço a Marcela, que para além de uma professora e orientadora, foi uma amiga; teus ensinamentos foram essenciais para a apreensão de um fazer profissional humano. Aos professores Antônio Eduardo e Tainara Souza que se dispuseram a compartilhar comigo esse momento passagem.

Aos cachoeiranos que me deram licença para viver e aprender nessa terra tão cheia de histórias, saberes e cultura. Aos encontros de Cachoeira. Esquinas, vielas, bares. Lugares de esbarrões de vida. Agradeço aos funcionários da UFRB e a todos que trilharam comigo. Grata!

“O fim duma viagem é apenas o começo de outra.
É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já,
ver na primavera o que se vira no verão,
ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía,
ver a seara verde, o fruto maduro,
a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava.
É preciso voltar aos passos que foram dados,
para repetir e para traçar caminhos novos ao lados deles.
É preciso recomeçar a viagem. Sempre.”

José Saramago

RESUMO

A extensão universitária, parte constituinte da universidade pública, é uma dimensão do saber que por vezes ainda é relegada a um papel marginalizado, principalmente ao ser comparada com a pesquisa. Assim, apreender a dinâmica da sua execução significa desvelar as causas dessa marginalização. É preciso situar, a partir da prática extensionista, qual universidade está sendo construída. Não há como dissociar extensão e projeto político. A extensão tem como papel central construir pontes entre a universidade e a sociedade, num sentido de propiciar dialogicamente ganhos para ambas. Num plano micro, o presente trabalho tem como objetivo central tecer um olhar para a prática extensionista no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mobilizando assim mais olhares para essa dimensão do saber e assim contribuir na consolidação da extensão universitária. Essa pesquisa de cunho exploratório e abordagem quanti-qualitativa realizou uma quantificação de todas as ações de extensão no CAHL, registradas na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT); levantou os marcos regulatórios existentes da Política de Extensão adotado na universidade e realizou uma pesquisa nos Relatórios de Autoavaliação Institucional da UFRB. Esse estudo gerou dados importantíssimos quanto a realização da prática extensionista no CAHL, apontando para suas potencialidades e desafios; bem como germinou novos questionamentos e possibilidades de estudos.

Palavras-Chaves: Extensão Universitária. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Compromisso Social. Sociedade.

ABSTRACT

The university extension, a constituent part of the public university, is a dimension of knowledge that sometimes it is still relegated to a marginalized role, principally when compared to the survey. Thus, to grasp the dynamics of its implementation means uncovering the causes of marginalization. It takes place from the extension practice, which university is being built. There is no separate extension and political project. The extension has a central role to build bridges between the university and society, in order to provide dialogically gains for both. A micro level, this study was aimed to weave a look at the extension practice at the Arts Center, Humanities and Letters (CAHL), the Federal University of Bahia Reconcavo (UFRB), thus mobilizing more looks to this dimension of knowledge and thus contribute to the consolidation of university extension. This exploratory research and quantitative and qualitative approach carried out a quantification of all extension actions in CAHL, registered in the Dean of Extension (PROEXT); up existing regulatory frameworks Extension Policy adopted at the university and conducted a survey on self-evaluation reports of the Institutional UFRB. This study generated data extremely important as the realization of extension practice in CAHL, pointing to its potential and challenges; and germinated new questions and research opportunities.

Keywords: University Extension. Arts Center, Humanities and Letters. Social commitment. Society.

LISTA DE SIGLAS

ABC: Academia Brasileira de Ciências
ABE: Associação Brasileira de Educação
CAHL: Centro de Artes, Humanidades e Letras
CBEU: Conselho Brasileiro de Extensão Universitária
CODAE: Coordenação de Atividades de Extensão
CONAC: Conselho Acadêmico
CRUTAC-RN: Centro Rural Universitário Federal do Rio Grande do Norte
EAD: Educação a Distância
FOREXP: Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Particulares
FOREXT: Fórum de Pró-reitores das Universidades Comunitárias e Católicas Brasileiras
FORPROEX: Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
GTSSEDU: Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC: Ministério da Educação e Cultura
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE: Plano Nacional de Educação
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIBEX: Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PROEXT: Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD: Pró-Reitoria de Graduação
PROPAAE: Pró-Reitoria de Política Afirmativas e Assuntos Estudantis
RENEX: Rede Nacional de Extensão
UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UDF: Universidade do Distrito Federal
UnB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE	04
1.1 EDUCAÇÃO: BREVES APONTAMENTOS	04
1.2 COMPREENDENDO A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE	09
1.3 NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE	11
1.4 UNIVERSIDADE NO BRASIL	13
1.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	17
2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	20
2.1 CONCEITO E HISTÓRIA	20
2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	24
2.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFRB	31
2.3.1 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO RECÔNCAVO SUL	32
2.3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA UFRB	33
2.3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFRB	37
3. CONHECENDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CAHL	40
3.2 CACHOEIRA E SÃO FÉLIX: MORADA DO CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS	40
3.2 O CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS	42
3.2.1 OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAHL	42
3.3 AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO CAHL	44
3.3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	45
3.3.2 QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO CAHL DE 2011 A 2015	46
3.3.2.1 AÇÕES DE EXTENSÃO	46
3.3.2.2 PROFESSORES EXTENSIONISTAS	50
3.3.2.3 PROFESSORES EXTENSIONISTAS EM PROJETOS E PROGRAMAS	52
3.3.2.3 CURSOS MAIS ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE EXTENSÃO	54
3.3.2 ANÁLISE DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2011-2015 NO CAHL	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	67

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras são determinadas, no âmbito da Constituição Federal em vigor, como instituições pautadas na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses três elementos são partes constituintes da universidade.

Diferente do ensino e da pesquisa, a extensão universitária, apesar de um longa historicidade, foi a última dimensão a ser reconhecida. Influenciada pelas ações executadas na Europa, nos Estados Unidos e pelo Manifesto de Córdoba, a extensão foi abrindo passagens e portas até chegar ao reconhecimento enquanto produtora de conhecimento e aspecto fundamental para a formação acadêmica, bem como instrumento de aproximação com a comunidade externa, no sentido de contribuidora para a realidade em que está inserida.

No Brasil, a extensão universitária nasceu influenciada pelo misto dessas influências. Gerando assim, uma prática extensionista com diferentes paradigmas. A partir da década de 1960, ganha destaque a discussão em torno da função social da universidade e a prática de uma extensão fundada na dialogicidade, tendo como líder o educador Paulo Freire. Todavia, em plena ditadura militar, esse pensamento se viu abortado. Pode-se imaginar que esse aborto forçado desarticulou a extensão de tal forma que até hoje tenta-se fazer fecundar uma extensão universitária pautada nesse princípio.

Atualmente as universidades públicas seguem as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Tais diretrizes prezam por uma extensão enquanto processo interdisciplinar e promotora de uma interação transformadora entre a comunidade interna da universidade e a comunidade externa da região em que está acolhida.

No primeiro capítulo é abordado um resumo histórico da educação, trazendo elementos da forma educacional nas sociedades ancestrais e elementos do processo educacional nos moldes do sistema capitalista, e como a extensão universitária constrói-se a partir das transformações no campo da educação.

Ainda nessa parte da obra, é apresentado um pouco da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), apresentando os 7 (sete) centros da instituição: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) em Cruz das Almas; Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; Centro de

Formação de Professores (CFP) na cidade de Amargosa; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro e; Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana.

O segundo capítulo apresenta um histórico da extensão universitária, dos seus primórdios até chegar no Brasil; depois expõe os marcos legais que regem a extensão universitária no país; e por fim traz o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB, mostrando os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas e a política de extensão da universidade.

O terceiro e último capítulo apresenta primeiramente o CAHL, campus foco desse estudo, posteriormente expõe as atividades de extensão registradas no período de 2011 a 2015 nesse Centro; e finaliza com uma análise dos dados coletados.

O estudo que ora se apresenta, tem como unidade de análise o Centro de Artes, Humanidades e Letras. Esse centro conta com os Cursos de Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em História, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Museologia, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública.

Esse Centro, na execução de suas ações de extensão, deve pautar-se na Política de Extensão da Universidade, centrada no diálogo com a comunidade. No entanto, dentro de seus limites, é possível verificar que há ainda muito o que se conquistar nesse Centro, no que se refere a implementação de uma extensão universitária.

Apesar dos percalços, verifica-se nesse trabalho algumas ações de extensão realizadas no período de 2011 a 2015 que colocam esse Centro como executor de extensão universitária. No entanto, a consolidação de uma prática extensionista requer mais do que ações isoladas. É necessário priorizar ações permanentes que envolvam docentes, discentes, comunidade externa e demais funcionários da universidade.

Ao realizar uma análise das atividades perenes, verifica-se que entra em destaque os Cursos de Cinema e Audiovisual, com os Projetos Quadro a Quadro e Cineclubes Mario Gusmão; Serviço Social, com o Projeto Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação; Ciências Sociais, com o Projeto Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas e; Artes Visuais, com o Projeto Arte-Computação em Escolas Públicas de Cachoeira e São Félix.

Percebe-se que a ausência de uma participação maior dos professores em atividades de extensão segue a uma lógica da constante atualização do Currículo Lattes fundada na produção de pesquisas. Ainda há um ranço em visualizar a extensão como produtora de conhecimento e

como parte essencial da universidade, tal como é defendida no princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A construção da extensão universitária e suas formas de execução, considerando ela como parte constituinte da universidade, representa a própria universidade. Logo, se há uma extensão com função social, a universidade está cumprindo sua função social. Desse modo, pensar a extensão universitária significa mover a universidade, e tal responsabilidade está associada a um projeto político.

A universidade sendo uma instituição social heterogênea, é constituída por diferentes projetos políticos, e cabe aos seus atores definir qual paradigma norteará suas práticas. Sendo assim, a escolha política - vislumbra-se aqui a não neutralidade do sujeito - , representa os caminhos que a universidade irá seguir, e por consequência reverberará nas dimensões da pesquisa, ensino e extensão.

Esse trabalho tem caráter exploratório de abordagem qualiquantitativa. Realizou-se um levantamento de dados, junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) de todas atividades de extensão no período de 2011 a 2015. Posteriormente foi pesquisado os marcos regulatórios da extensão dentro da UFRB e por fim, leitura dos Relatórios de Autoavaliação Institucional da UFRB, no período em questão.

Esse trabalho, tentou encontrar respostas e no meio do caminho construiu novos questionamentos e abriu portas para novas discussões e pesquisas, no que concerne aos impactos das ações nos vários municípios que as receberam; monitoramento das ações pela Gestão de Extensão do Centro; avaliação do que os professores extensionistas enxergam como extensão universitária, assim como a compreensão do significado que os não extensionistas dão para essa dimensão; apreensão das causas que travam a efetivação de ações mais perenes; e avaliação do papel da extensão para o desenvolvimento local.

1 EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

1.1 EDUCAÇÃO: BREVES APONTAMENTOS

Nesse primeiro capítulo, inicialmente, realiza-se uma breve apresentação sobre a construção da educação e as várias transformações que ela sofreu e vem metamorfoseando-se nas suas raízes. Depois é suscitado uma discussão da história da universidade, chegando por fim na construção da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O referencial teórico desse capítulo são autores como Freire, Neto, Camacho, Fávero, dentre outros que serão abordados no decorrer do texto.

Utiliza-se também alguns documentos como a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB, no intuito de fundamentar as argumentações que serão levantadas. Este trabalho tem como base teórico-metodológica o materialismo histórico dialético de Karl Marx, em função disso, sua busca em explicar a educação, a universidade, a extensão e a relação com a comunidade de Cachoeira-BA procura observar a historicização e a concretude da realidade, o que poderá ser examinado ao longo do trabalho em voga.

A educação é parte constituinte do processo de construção humana e conseqüentemente da sociedade em que está inserida. Ela traz consigo a capacidade de transmitir a outrem valores, costumes, crenças, modos de pensar e agir, etc. E se configura como um processo contínuo em que os humanos, ao mesmo tempo que desenvolvem capacidades manuais, intelectuais, morais e físicas, se transformam.

O presente trabalho, no decorrer desse capítulo, traz a concepção de educação freiriana e sua relação com a categoria trabalho, no intuito de apresentar um modelo de educação amparado num projeto social e político divergente do modelo societário que hoje está posto. Porém, é preciso demarcar historicamente e socialmente que a análise dessa pesquisa situa-se no campo da educação formal instaurada no sistema capitalista.

Busca-se com essa historização da educação, mostrar que o discurso da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – tão defendido nas universidades públicas – é a tentativa de resgatar um processo que foi perdido durante as várias transformações sociais que a educação sofreu. Foi o próprio modelo social vigente que fragmentou a educação. Sendo

assim, a defesa de um paradigma educacional não fragmentado e que não separe o ensino, a pesquisa e a extensão perpassa pela discussão de um projeto societário emancipador e antagônico ao capitalismo.

A educação compõe-se como um elemento inerente ao ser humano. Segundo Paulo Freire (2003), a raiz da educação está no reconhecimento dos humanos enquanto seres inacabados e na busca incessante de um aperfeiçoamento e de respostas sobre “si mesmo”. Logo, entender o que vem a ser educação exige compreender a natureza humana. Sabe-se que os humanos tem a capacidade e a necessidade de transformar a natureza para suprir seus anseios mais básicos. É na forma como se dá essa relação que eles diferenciam-se dos demais animais, pois realizam trabalho.

O trabalho é a categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 2013). O trabalho, no sentido ontológico de transformação da natureza constitui o homem. É na relação com a natureza, na busca de saciar suas necessidades, que os humanos se constitui como tal. Todas as demais categorias preservam uma relação de proximidade com a categoria trabalho. A educação, como categoria social, possui em sua essência uma relação com o trabalho, o que pode ser constatado, conforme Neto (2014) no movimento de interiorização e exteriorização que os indivíduos operam no processo de aprendizado e no movimento dialético entre teleologia e causalidade.

Nas sociedades chamadas primitivas, as quais são denominadas aqui de sociedades ancestrais, - vista a carga negativa que muitas vezes recai sobre o vocábulo primitivo - , a educação se expressava como uma ação que perpassava toda a comunidade. Era uma constante relação entre os seus membros, pois o homem (*Homo sapiens*), enquanto ser em construção, mantinha um contínuo processo de aprendizado que se dava em todas as formas de relações sociais existentes. A educação ainda não era posta como mantenedora de interesses de uma classe social privilegiada, e não possuía esse caráter especificador que assume atualmente.

A educação, descendente da categoria trabalho, apesar de manter relação íntima com essa categoria, possui uma certa autonomia, pois, o processo educativo envolve aspectos outros para além das que estão vinculadas à transformação da natureza. Apesar de ter no trabalho o seu ponto inicial, a educação ultrapassa o âmbito da produção e progressivamente vai se distanciando dessa relação do homem com a natureza. Para Lukács:

os pores teleológicos necessários assumem, como vimos, duas formas: pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se põem a exercer

influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados. Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. [...] pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontaneamente ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por elas são oprimidos (LUKÁCS, apud NETO, 2014, p. 28).

A educação portanto, constitui-se como um conjunto de ações que visam afetar o comportamento dos indivíduos, porém, não produz nenhum objeto concreto. É o campo da superestrutura, no marxismo, esse conceito representa um conjunto de ideias, instituições e manifestações culturais que consolidam a consciência social, e está ligado diretamente à infraestrutura – conjunto das relações de produção de cada sociedade.

A aprendizagem depende de dois elementos: formação dos sujeitos envolvidos no processo e desenvolvimento das relações materiais, e isso significa que os saberes apropriados pela subjetividade dos que estão aprendendo pode tanto ser elemento revolucionário como poder ser elemento de reprodução dos privilégios de uma determinada classe social.

Nas comunidades ancestrais, no âmbito da vida social a desigualdade não era uma característica entre os indivíduos. Com a consolidação da sociedade de classes a educação, antes presente em todas as relações sociais, passou a ser uma atividade específica e desenvolvida por um determinado grupo de pessoas, tornando-a meio de reprodução da dominação de uma classe social sobre a outra, o que significa uma orientação à preservação e à ampliação das taxas de acumulação sobre o trabalho excedente¹. Surge daí uma necessidade fundamental em criar um conjunto de atividades que venham normatizar e naturalizar a apropriação do trabalho excedente, nascendo assim, uma educação formal para atender aos interesses das classes dominantes.

¹ Termo atribuído por Karl Marx, em O Capital, ao trabalho que o capitalista se apropria gratuitamente. Para Marx o trabalho se divide em trabalho necessário e trabalho excedente, só que nos sistema capitalista eles se confundem durante a jornada de trabalho. O tempo de trabalho necessário é parte da jornada de trabalho que o trabalhador recebe um pagamento por sua força de trabalho. Já o tempo de trabalho excedente é a parte em o trabalhador produz valor, mas esse é apropriado pelo capitalista, esse trabalho não pago é a mais-valia.

Na sociabilidade capitalista, a educação tem entre seus propósitos o processo de preparação e adequação da mão de obra operária ao mercado de trabalho. Isso quer dizer que o capital subordina o processo de produção e reprodução da educação da mesma maneira que controla o processo de trabalho nessa forma de sociabilidade. (NETO, 2014, p. 30)

Esse novo formato da educação, iniciado pós revolução industrial, visa atender às novas mudanças das forças produtivas, em curso, na época, pois o mundo do trabalho assalariado nas fábricas passou a exigir trabalhadores qualificados e com suas subjetividades plenamente subordinadas à lógica do capital, evitando assim a destruição do maquinário, em possíveis revoltas dos trabalhadores. Até então não havia um modelo de ensino formal ofertado pelo poder público.

Essa nova configuração nas bases de produção da sociedade, advinda das transformações societárias no século XVIII, coloca a educação formal num status de grande destaque para o contínuo desenvolvimento das forças de produção. Esse novo contexto social já não pode mais ignorar a necessidade de um processo de formação, mesmo que mínimo, da sua força de trabalho. “O trabalhador assalariado já não poderia satisfazer o seu padrão se não dispusesse ao menos de uma educação elementar”. (PONCE apud NETO, 2014, p 31). Para evitar uma possível destruição dos meios de produção, ou seja, destruição do capital constante², o sistema cria mecanismos de punição para os trabalhadores.

A partir do constante desenvolvimento dos meios de produção e conseqüentemente das forças produtivas o trabalho manual, que anteriormente envolvia conhecimentos apreendidos no dia a dia, passou a exigir uma nova forma de apreensão, por meio de uma instituição própria. “Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem cooperativa”. (MANACORDA apud NETO, 2014, p. 31). Surge daí uma nova aristocracia, pois o capitalista ao se afastar diretamente das atividades relacionadas ao controle social, passa essa responsabilidade para um conjunto de pessoas que medeiam essa relação capitalista/trabalhador. Dentro da classe trabalhadora nasce uma divisão entre trabalhadores especializados e trabalhadores não especializados.

² Terminologia criada, por Karl Marx, para referenciar o valor investido pelo capitalista na compra dos meios de produção.

As distinções sociais estatuídas no interior do processo produtivo servirão para formar tanto uma aristocracia no interior da classe operária quanto um grupo de trabalhadores assalariados que assumirão as atividades de comando em nome dos interesses do proprietário dos meios de produção. Nessa perspectiva, deveria se conceder “uma educação primária para as massas, uma educação superior para os técnicos, eis o que, em essência, a burguesia exigia no campo da educação” (PONCE, apud NETO, 2014, p. 32).

Conforme destaca Neto (2014) o capitalista agrupa perto dele o trabalho produtivo e improdutivo; e tem ao seu lado os indivíduos mais especializados no campo científico. Das ciências naturais para o desenvolvimento dos meios de produção e das ciências humanas para melhor exercer o domínio sobre a classe trabalhadora. A ciência moderna se desenvolve no intuito de garantir novas formas de exploração da mais-valia³.

A educação formal, dentro da lógica de exploração do trabalho assalariado, cria mecanismos de subsidiar mudanças que propiciam um terreno fértil para extrair cada vez mais da classe trabalhadora. Segue-se então um modelo de educação disciplinadora para o exercício do trabalho, em que o objetivo central é a formação de trabalhadores passivos e apáticos perante às condições em que são submetidos.

É válido destacar que essas modificações na concepção de educação impactou diretamente no entendimento do que é educação. Se anteriormente, nas sociedades ancestrais, a educação envolvia todas as práticas sociais e todos os indivíduos, agora, ela passa a ter um lugar específico, um determinado conteúdo, e pessoas pré-estabelecidas para ensinar. Tudo que foge a esse padrão, é desconsiderado como formas de aprendizagem.

Somente com a LDB de 1996, o Brasil reconheceu que a educação não se reduz ao ensino em sala de aula. Nessa lei, a extensão universitária ganha destaque como produtora de conhecimento. Essa discussão é ampliada no 2º capítulo desta obra, quando discorre-se sobre a extensão universitária.

³ Mais valia absoluta é a forma que o capitalista tem de incrementar seus lucros por meio do aumento da carga horária de trabalho sem o aumento no salário. Entretanto, essa ampliação da jornada de trabalho se esbarra em dois fatores. Um de natureza fisiológica: o trabalhador ao ser submetido a longas horas de trabalho tende a tornar-se pouco produtivo, pois sua saúde se fragiliza. E outro de natureza política: a organização da classe trabalhadora para reivindicar redução da jornada de trabalho. Não tendo como manter essa forma, cria-se a mais-valia relativa, que refere-se ao modo de apropriação do trabalho excedente por meio da intensificação do ritmo de trabalho. Em vez de ampliar a jornada, é mantido o mesmo tempo, entretanto, o ritmo de produção torna-se mais intenso. Essa forma ganhou mais espaço a partir da introdução das ideias da “organização científica do trabalho”, a qual o taylorismo foi um grande representante. O crescente desenvolvimento das forças produtivas colabora para o aumento da mais-valia relativa. (NETTO & BRAZ, Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

Não diferente da escola, a universidade nasce e carrega consigo, uma profunda relação com o sistema de produção e modo de pensamento vigente. A universidade sendo um espaço de educação - educação essa já afastada da que existia nas sociedades ancestrais - não é uma instituição neutra, portanto, saber sua história significa desvelar que ela não se constitui como algo natural.

os indivíduos e as instituições são produtos históricos envolvidos no processo de construção de outros produtos históricos. Se essa transitoriedade histórica nos constitui e constitui tudo que fazemos, a precaução elementar, tantas vezes repetida, é a de evitar a consideração do que somos e do que fazemos, de nossas ações e de seus resultados, como absoluto. Sendo a produção histórica de nós mesmos e de nossas instituições um processo, não cabe entendê-la como natural e inevitavelmente dada. (SILVA, 2006, p. 192)

Ao estudar a instituição universidade é preciso considerar os caminhos que resultaram na sua construção e no perfil assumido por ela. Para tanto nos debruçaremos em um breve histórico da universidade.

1.2. COMPREENDENDO A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE

Para entender a instituição universidade, é necessário compreender a comunidade social em que ela está inserida e a forma como se dá a relação universidade-sociedade. Desta forma, é possível enxergar o grau de relevância que essa organização possui; e sua autonomia relativa⁴ diante da sociedade em está inserta.

Para Camacho (2005) a universidade, nas sociedades simpatizantes ao modelo social socialista, é voltada para a centralidade do Estado, em que o objetivo maior, tanto a nível teórico, como na efetiva participação da construção, é a não existência de desníveis sociais. Visa obter o maior rendimento na produção, visto que a propriedade é coletiva. Já nas

⁴ Para Eunice R. Durham, no seu texto *A autonomia universitária – extensão e limites*, publicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, a autonomia dentro de instituições específicas do Estado ou da sociedade civil não concede uma liberdade absoluta. Essa autonomia é restrita ao exercício de suas finalidades sociais, portanto, são os objetivos e funções da universidade que delimitam a natureza de sua autonomia. (Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0503.pdf>)

sociedades adeptas ao capitalismo, por conta dos inúmeros desníveis e diversificado grau de autonomia e de desenvolvimento tecnológico, a universidade se configura de diferentes formas e conseqüentemente são compreendidas de maneiras múltiplas.

Dentre essas compreensões de universidade dentro da sociedade capitalista destacam-se as seguintes: a) universidade como um espaço de construção e comunicação do conhecimento para o desenvolvimento científico e tecnológico e formação de profissionais profícuos ao sistema social dominante. Aqui a universidade é entendida como uma organização que usufrua de uma autonomia relativa, desde que não tenha embate com o sistema e; b) universidade como aparelho ideológico do Estado.

Nesta compreensão da universidade repercutem duas vertentes, a primeira entende a universidade como uma instituição que, dentro do contexto da contradição capital/trabalho, pode ser incluída no campo do enfrentamento ideológico, pois ao perceber seus desafios e perspectivas é capaz de possibilitar o nascimento de intelectuais orgânicos⁵ e por conseguinte contribuir para a construção de uma nova ordem societária, e a segunda vertente não acredita no poder transformador da universidade, pois acreditam que é uma instituição morta e portanto, não pode produzir nenhuma mudança social.

Conforme Camacho (2005), o autor Luiz Eduardo Wanderley sintetizou esses entendimentos acerca de universidade na enunciação subseqüente:

Para mim, a universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a sociedade política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre o papel destacado na formação política, científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução. Cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social. (WANDERLEY apud CAMACHO, 2005. p. 104)

⁵ Intelectuais orgânicos são, conforme Gramsci (1999), os que para além de sua especialização em uma área do conhecimento também criam uma concepção de que sua práxis deve ser pautada em funções culturais, educativas e organizativas que fundamentem a classe social a qual pertencem. São conscientes quanto a classe que fazem parte e por isso, suas ações não são neutras, e sim influenciadas pelas relações sociais a qual vivenciam.

Para Rosa (apud CAMACHO, 2005, p. 105), a universidade surgiu a partir de grupos pré-capitalistas medievais e apresenta vestígios dessa origem, pois a relação orientador (doutor) – assistente (mestre) – alunos mantém a mesma essência da hierarquia mestre – companheiro (oficial) – aprendiz. (CAMACHO, 2005, p. 105).

Darcy Ribeiro (apud CAMACHO, 2005) em seu livro *A universidade necessária* contraria a ideia da universidade moderna como herdeira das instituições similares, na Idade Média. Para ele as universidades modernas instauram uma divisão com as instituições escolásticas⁶ medievais da Europa, pois são originárias da mudança do feudalismo para o capitalismo, do Movimento Renascentista, e da Reforma, que se construíram perifericamente e contrária a universidade da época, ou seja, a universidade moderna, para Darcy, tem sua gênese na revolução industrial. Esse autor ainda combate o pensamento de que as universidades latino americanas atuais tenham origem ibérica. Darcy defende que a universidade é produto do processo civilizatório, o qual chamamos de revolução industrial, que mudando as sociedades humanas e suas relações de produção e reprodução, também transformou as universidades.

Seguindo essa concepção de Darcy Ribeiro, observa-se que a universidade, ao estar associada diretamente ao paradigma social em que está inserida, surge como um espaço marcado pela exclusão social. Não é a toa que historicamente o déficit universitário no Brasil é altíssimo. A universidade era e ainda, apesar das políticas de fomento à expansão do ensino superior permanece sendo um espaço restrito a população mais pobre.

Conforme Marcela Mary (informação verbal)⁷, num curso de extensão sobre Serviço Social na Educação, “o modelo de universidade que temos não gera desigualdades, ele é consequência da desigualdade”. Portanto, a universidade atual está ancorada na desigualdade social fundada no capitalismo.

1.2 NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE

⁶ A Escolástica foi uma doutrina filosófica que expressava o modo de vida e de pensamento dos homens da época medieval, defendendo uma aproximação da racionalidade com a fé cristã. Autores como Tomás de Aquino, defendiam uma moral cristã e essa deveria passar a racionalidade humana.

⁷ Parte de um discurso proferido num Curso de Serviço Social na Educação, em maio de 2015.

O surgimento da universidade se deu ainda na Idade Média e foi ganhando novas formatações na era moderna, a partir das transformações societárias que deram base a um novo modo de produção e conseqüentemente novas formas de relações sociais. A universidade no Brasil, que teve seu nascimento tardiamente no país, já surgiu permeada de ideais burgueses.

O registro da primeira escola superior no mundo se deu na Itália, mais precisamente na cidade de Bolonha, no século XI. Nessa cidade existia a “Escola de Artes Liberais”, a qual o estudo jurídico era um dos destaques, e chamou a atenção de muitos estudantes na Europa. No século XII há o registro da segunda escola superior no mundo, em Paris. Existem divergências quanto a esse fato, pois para alguns historiadores a universidade de Oxford teve seu início no final do século XI, sendo por tanto a segunda universidade do mundo a ser criada. O nascimento dessas primeiras escolas foram fortalecidas com a Dialética como método de estudo das Escrituras e dos textos usados em aula, o que abriu caminho para um ensino mais racionalista e crítico. Essas foram as bases favoráveis ao surgimento das universidades. A partir dessas primeiras universidades foram nascendo outras instituições semelhantes pelo mundo.

No início do século XIII surgem as universidades de Cambridge na Inglaterra (1209), a de Salamanca (1218) na Espanha, a de Montpellier (1220) na França, a de Pádua (1222) e a de Nápoles (1224) na Itália, a de Toulouse (1229) na França, a de Al Mustansiriya (1233) no Iraque, a de Siena (1240) na Itália, a de Valladolid (1241) na Espanha, a de Roma (1244) e a de Piacenza na Itália (1247), a de Sorbonne em Paris na França (1253), a de Murcia (1272) na Espanha, a de Coimbra (1290) em Lisboa - Portugal, e a de Madri (1293) na Espanha. (SIMÕES: 2013, p. 137).

As primeira universidades tinham o título de studium generale, porém só recebiam esse mérito as instituições que possuíam as faculdades de Artes, Teologia, Decretos e Medicina. É importante destacar a forte relação dessa instituição recém nascida com a igreja católica, exemplo maior foi a exigência, na época da Idade Média, de uma autorização do papa, rei ou imperador para o funcionamento de uma universidade.

Conforme Camacho,

Parece que o termo **universitas** foi inicialmente atribuído às sociedade corporativas escolásticas do século XIV e, a partir de então, o sentido exclusivo do termo pode ter passado a se referir a uma comunidade de

professores e alunos cuja existência fosse reconhecida pela autoridade civil ou eclesiástica. (CAMACHO, 2005, p105).

Ao longo desses anos as universidades foram se transformando em conjunto com as mudanças ocorridas na sociedade. Com o movimento das grandes navegações e descobrimentos marítimos, realizados pela Europa, se expandem novas concepções de mundo, “transferindo o pensamento das pessoas de uma plataforma absolutista para um referencial relativista e abrindo ao homem perspectivas de liberdade, auto-confiança, senso crítico e revisão do passado.” (SOUZA, p.45, 1996)

De acordo com Souza (1996), a educação humanística tornou-se ponto central da educação moderna, e foi conquistada através das ações de revolucionários e pensadores dos séculos XVII e XVIII. No século XVII, a proposta liberal inglesa propusera uma universidade fundada no ensino tecnológico e na experimentação de novas metodologias. No século XVIII, a proposta iluminista francesa objetivava uma universidade de caráter nacional, estatizada, universalista e social.

1.4 UNIVERSIDADE NO BRASIL

No Brasil colonial, não havia universidade, entretanto, nesse período já existia propostas de implantação de um ensino superior. Os cursos superiores existente nessa época eram voltados à formação das elites agrárias e à classe dominante da metrópole portuguesa. Os colégios jesuítas eram a referência na educação, e tinham como função básica formar padres para missões no Brasil Colônia; garantir quadros para o aparelho repressivo; e instruir a classe dominante.

Em concordância com Souza (1996), na Colônia, os núcleos educacionais estavam a serviço do aparelho repressor da metrópole e estavam relacionados com a Igreja Católica, que por sua vez tinham sua burocracia integrada ao funcionalismo do Estado.

O ensino superior, no Brasil, nasceu de fato quando a sede do poder português foi trazida para o Rio de Janeiro, em 1808. E os primeiros cursos tinham como objetivos atender as demandas do Estado nascente: formação dos seus funcionários; geração de produtores de bens de consumo das classes dominantes; e a criação de profissionais liberais. A educação superior

formatada no Brasil Império buscava a qualificação da elite, a aristocratização do saber, a formação técnico-operativa e a importação de modelos europeus. (SOUZA, p. 47-48, 1996).

O período chamado de Primeira República, que compreende desde a Proclamação da República em 1889 até à denominada revolução de 1930, foi marcado pelo aumento da demanda por ensino superior decorrente das transformações econômicas, políticas e sociais no país. Em 05 de abril de 1911 foi decretado, pelo então Presidente Marechal Hermes da Fonseca, a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, por meio do Decreto nº 8.659.

Essa Lei propôs, dentre outras coisas, uma fiscalização indireta pelo Estado Federal, por meio do Conselho Superior do Ensino, destaca-se que as instituições de ensino estaduais e privadas estavam fora do alcance desse Conselho; estabeleceu a obrigatoriedade do exame de admissão; e possibilitou uma liberdade curricular.

Em 1909 foi criada a Universidade de Manaus, fruto do período de prosperidade advinda da exploração da borracha; foi dissolvida em 1926 por falta de recursos. Em 1911 nasceu a Universidade de São Paulo, a qual foi a primeira universidade a realizar atividades de extensão universitária; durou apenas até 1917. Das universidades que nasceram na época da Primeira República uma das que sobreviveu foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, por meio do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. A partir do nascimento da Universidade do Rio de Janeiro a discussão em torno da educação superior no Brasil ganhou maior destaque. A Associação Brasileira de Educação (ABA) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) foram fundamentais para que esse debate ganhasse maior proporção, dentre os temas mais abordados nessa discussão estavam a ideia ou conceituação de universidade; objetivos e funções das universidades no país; autonomia das instituições universitárias; e qual modelo de universidade a ser construído no Brasil.

A universidade do Rio de Janeiro surgiu da reunião de três áreas profissionalizante: curso médico de cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro (gêneses dos cursos de medicina da Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ); Academia Real Militar, que deu base para o nascimento do curso de engenharia da UFRJ; e cursos jurídicos no Convento de São Francisco, em São Paulo - SP e no Mosteiro de São Bento, em Olinda - PE. (FÁVERO: 2006).

Durante a Primeira República, a partir dos ideais de educação que no Brasil foram denominados de “Escola Nova”, formou-se uma geração de educadores que propuseram várias mudanças no ensino, dentre eles destacam-se: Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Francisco

Campos e Fernando de Azevedo. Além disso, esses profissionais da educação lutaram para que a educação ganhasse maior visibilidade pelo Estado, criticaram as universidades existentes, como a do Rio de Janeiro e propuseram elementos de um ensino superior que fundamentasse a criação de um novo paradigma universitário.

Após a chamada Revolução de 1930, muitas transformações ocorreram no cenário político e social. No Estado Novo (1937-1945) surge uma política educacional autoritária com Francisco Campos. Anterior a isso, em 1931 Francisco Campos elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual já fazia referência à extensão universitária, mesmo que ainda de forma tímida e burocrática.

Conforme Fávero (2006), na década de 1930, o Brasil viveu uma forte centralização política, principalmente a partir das ações do Governo de Getúlio Vargas. Nesse governo é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, o qual teve como primeiro ministro Francisco Campos, que elaborou e implementou reformas no ensino secundário, superior e comercial. Inicia-se uma adaptação da educação escolar a diretrizes que assumem uma preocupação com a modernização do país. O ensino passa a ser uma capacitação para o trabalho.

Em 1935, por meio do Decreto Municipal nº 5513/35, nasce no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal (UDF). Fruto da iniciativa de Anísio Teixeira, ela surge como modelo de universidade enquanto espaço científico e de produção do conhecimento e deixa marcas na história universitária do país por sua forma inovadora. (FÁVERO: 2006).

Para Anísio Teixeira, como sinaliza Fávero (2006), uma característica marcante da universidade é ser *locus* de investigação e produção do conhecimento, e para isso, é preciso a liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Todavia, tal pensamento, parafraseando o poeta Drummond, encontrou “uma pedra no meio do caminho”: o Estado Novo estava instaurado e tal ideia não era bem-quista nesse período.

A partir da década de 50 ocorre uma aceleração do desenvolvimento no país, decorrente do processo de industrialização, com isso, a necessidade de modernização do ensino cresce também.

O movimento de modernização do ensino superior tem na criação da Universidade de Brasília (UnB) o seu auge. Essa instituição, fruto da Lei Nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, surge como a mais moderna universidade do Brasil. Entretanto, com a Reforma Universitária de 1968 ocorreu a intervenção nesta universidade e o aborto do seu projeto de implantação. (Souza, p. 55, 1996).

Com a implantação da ditadura militar no país coibiram da universidade brasileira uma de suas características marcantes, a criticidade. Para isso, diversos professores foram expulsos e o movimento estudantil duramente reprimido. Em 1968 foi promulgada a Lei 5540 de novembro de 1968, a denominada Reforma Universitária.

Dentre as mudanças trazidas estão: modernização e ampliação das universidades federais; articulação entre ensino e pesquisa; vestibular unificado; fim das cátedras vitalícias; criação de uma política nacional de pós-graduação; e construção de carreira acadêmica. No rol dessas transformações no ensino superior surgiu o ensino privado. Essa expansão da educação privada, ou seja, educação enquanto mercadoria e não como direito, propiciou o nascimento de um ensino cada vez mais tecnicista e voltado para atender as demandas do mercado e conseqüentemente para a obtenção de lucro econômico. A reforma universitária, como é perceptível, foi um divisor de águas na história da universidade no Brasil.

Pode-se dizer que desde a reforma universitária, o ensino superior público vem enfrentando crises. Como pontuaram Santos e Filho (2008), elas podem ser classificadas em **a) crise de hegemonia:** contradição entre as funções tradicionais da universidade e as que lhe foram conferidas no século XX – se de um lado tinha a produção de pensamentos críticos, humanísticos e científicos, no outro existia a produção de conhecimentos profícuos à formação de obra qualificada para o sistema capitalista. Essa contradição que resultou na criação de outros espaços de ensino superior e produção de pesquisa, a universidade pública passou a perder sua hegemonia no ensino superior brasileiro; **b) crise de legitimidade:** contradição entre a universidade construída por meio da hierarquização dos saberes e restrição do acesso e a construção de universidade democrática pautada no bojo das lutas sociais e políticas e; **c) crise institucional:** contradição entre a luta pela autonomia universitária e a crescente coação para atender demandas de produtividade e eficácia.

A universidade se viu concorrendo de forma desleal com os serviços universitários que emergiam no mercado, principalmente a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo⁸ passou a ser o modelo de desenvolvimento do capital. O paradigma neoliberal gerou um desmonte das políticas sociais (educação, saúde, previdência) que foram arduamente conquistadas pelas lutas populares. A crescente falta de investimento do Estado na universidade pública e globalização mercantil do ensino superior deram sustentabilidade ao processo de mercantilização da educação superior .

⁸ Doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

É notório que a educação, no sistema capitalista, perdeu sua essência em face ao mercado. Nesta perspectiva mercantil da educação, um novo fator surgiu para aprofundar a crise da universidade – com as novas tecnologias o ensino teve a oportunidade de ser repassado por meio da internet – nasce assim o mercado da Educação a Distância (EAD). A educação a distância, diferente da perspectiva de Darcy Ribeiro – o qual defende o uso das tecnologias a favor da democratização do ensino superior – ganha uma dimensão avassaladora no mercado. Perde-se o foco na educação e prevalece os interesses do capital. Nessa perspectiva não existe interesse na qualidade da formação dos sujeitos sociais.

Ao observar esse processo histórico da universidade, percebe-se como ela é marcada por diferentes projetos políticos. A extensão universitária no país, não estando neutra e imparcial ao espaço que está inserida, carrega na sua bagagem os reflexos do processo de construção da universidade no Brasil, conforme será abordado no segundo capítulo.

É no meio de todas essas transformações do ensino superior brasileiro que surgiu a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pode-se dizer que a UFRB nasceu do programa do Governo Federal denominado Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse programa, segundo suas diretrizes, objetivava a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, aumentando a qualidade dos cursos e aproveitando melhor a estrutura física e humana existentes nas universidades federais.

1.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Ao falar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, é importante situá-la dentro conceito de universidade estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o Decreto Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior são credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades.

A diferença dessas instituições está na amparada no padrão de qualidade posto pelo MEC. Por exemplo, a faculdade não tem a obrigação de ter no seu quadro técnico professores com pós-graduação stricto sensu, a exigência restringe-se a pós-graduação stricto sensu e os docentes não precisam ser contratados em regime integral. Os centros universitários precisa possuir no mínimo um terço dos docentes com doutorado ou mestrado e possuir minimamente, um quinto dos professores em regime integral.

Já a universidade parte do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E constitui-se como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam, conforme O Decreto nº5.773/06, por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

§ 1º A criação de universidades federais se dará por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

A UFRB nasce na perspectiva de ser uma universidade e como tal, deve primar pelas características e exigências, acima citadas. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRB, em 2002, houve mobilizações da sociedade civil do Recôncavo Baiano em torno da implantação de uma universidade na região. Neste mesmo ano, em 07 de outubro, o então Reitor da UFBA, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, apresentou a proposta de criação da UFRB numa reunião com a bancada de deputados federais e senadores baianos.

Em 2003 o Conselho Universitário da UFBA discutiu a proposição de desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA para criação de uma universidade federal e deliberou a formação de uma comissão para montar a proposta de criação desta nova universidade federal. Ainda em 2003 foram realizadas várias audiências nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Mutuípe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Terra Nova e Valença, neste mesmo ano foi enviado ao então Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, a proposta de criação da UFRB.

Em 2005 o projeto de criação da UFRB chegou ao Congresso Nacional, sendo aprovado neste mesmo ano pela Câmara dos Deputados Federais e pelo Senado Federal. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasceu por desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, e foi implantada por meio da Lei Nº 11.151, de 29 de julho de 2005, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. (UFRB, p. 12, 2009). É importante destacar que a extensão universitária, tema central deste trabalho, é apresentada na lei de criação da UFRB como um dos objetivos da instituição.

A UFRB surge no Recôncavo Baiano como uma oportunidade de oferta de ensino superior de qualidade, e traz consigo o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País; e tem como missão: a execução do ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e com qualidade, respeitando as culturas locais e os aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. (UFRB:2009)

Concebida como um modelo multicampi, atualmente a UFRB é formada por 7 centros, são eles: O Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) em Cruz das Almas; O Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira; O Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; O Centro de Formação de Professores (CFP) na cidade de Amargosa; O Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro e; O Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana.

Dentre os objetivos estabelecidos no PDI 2010 a 2014 da UFRB, estão o fortalecimento e a ampliação da articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a promoção de condições para a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e o aprofundamento da integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

A UFRB para cumprir seu propósito e seu alcance, estabelecidos na missão, é orientada por alguns princípios estatutários, dentre os quais, destaca-se: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social; e valorização e reconhecimento das experiências práticas. Como é perceptível, em toda a construção da UFRB, a ideia de extensão é identificada como uma ação a ser desenvolvida e tem caráter prioritário nos documentos que regem esta instituição.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este segundo capítulo aborda mais amplamente sobre a extensão universitária. Primeiramente apresenta-se as concepções de extensão, mostrando como elas foram se moldando paralela às transformações na sociedade. Para tanto, utiliza-se autores como Neto, Serrano e Freire. Posteriormente, mas não isoladamente, é suscitado um pouco da história da extensão universitária, desde seus primeiros registros até a construção do Plano Nacional de Extensão Universitária no Brasil. Para esse fim, realizou-se um levantamento bibliográfico. E para finalizar este 2º capítulo se tem uma discussão sobre a política de extensão universitária da UFRB. Para isto, efetuou-se uma pesquisa documental, a qual destaca-se o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) e algumas resoluções do Conselho Acadêmico (CONAC).

2.1 CONCEITO E HISTÓRIA

A universidade brasileira, centrada dos moldes capitalistas, inicialmente teve sua estrutura pautada no ensino. Diante da dinamicidade da sociedade moderna, que a partir da revolução industrial mudou radicalmente as bases da produção social, cada vez mais a pesquisa científica foi ganhando destaque.

Historicamente a universidade, dentro do sistema capitalista, é fundamentada num processo educacional fragmentado, o qual o ensino desconsiderava a pesquisa, que por sua vez desconsiderava a extensão. Verifica-se o discurso da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão dentro dessa universidade é fruto de um novo contexto social, em que já não cabe essa separação. A própria instituição, diante das mudanças tecnológicas, se vê questionada quanto a sua existência no futuro, sendo assim, torna-se necessário criar meios que consolidem o papel social da universidade, nesse sentido, a extensão ganha um papel importante, mesmo que ainda na maioria das vezes seja apenas para tornar apresentável sua “imagem” à sociedade.

Seguinte a inserção da pesquisa nasce a extensão universitária, a qual é originária das demandas sociais impostas à universidade, considerando que esta passou a ser vista como propulsora do desenvolvimento social, e detentora de conhecimentos que deveriam ser compartilhados democraticamente à sociedade.

Destaca-se que a prática da extensão universitária surgiu mesmo antes de receber essa denominação e remonta à práticas antigas, todavia, esse primeiro momento limita-se a apresentar algumas concepções de extensão.

Conforme Melo Neto (apud BARBOSA:2012), a extensão pode ser conceitualmente explicada a partir de três visões, são elas:

- Via de mão única: a universidade leva à sociedade um conhecimento específico, a qual ela é transmissora e a sociedade é mera receptora. Suas práticas limitam-se ao assistencialismo, realização de cursos, prestação de serviços e assessoria.
- Via de mão dupla: a universidade leva conhecimento à sociedade, e traz conhecimento. Suas atividades são fundamentadas no diálogo e a troca de conhecimento baseia-se nas demandas da universidade e sociedade.
- Processo educativo, cultural e científico: a extensão é executada como uma ação cidadã, em que a sociedade também é sujeita do conhecimento. Nesta concepção o trabalho é permanente e contempla as possibilidades do conhecimento teórico.

A extensão universitária, na sua constituição e desenvolvimento, recebeu várias influências conceituais, portanto, não se configura como uma prática homogênea, e reflete diferentes ações que pautam-se em diferentes concepções. De acordo com Serrano (2016), ao analisar historicamente a extensão universitária encontraremos pelo menos quatro momentos de conceituação:

- **Modelo da transmissão vertical do conhecimento:** a universidade se apresenta como detentora de um saber absoluto superior e redentora da ignorância. Está associadas às práticas de extensão das primeiras Escolas Gregas e da Inglaterra, no século XIX, em que as ações eram realizadas pelos universitários por meio de campanhas de saúde, teatro escolar, etc.
- **Voluntarismo – a ação voluntária sociocomunitária:** esta conceituação está ligada às ações educativas da Igreja Católica para os mais pobres, e também ao Movimento Estudantil de Córdoba/Argentina, que em 1918 apresentou os primeiros questionamentos às práticas universitárias dissociadas dos problemas da comunidade. Esse conceito de extensão apresenta uma interface entre o saber produzido na universidade e o saber da comunidade em que ela está inserida.
- **Ação sociocomunitária institucional:** representa as primeiras práticas de extensão universitária institucionalizadas no Brasil. A partir de 1930, por intermédio do Movimento da Escola Nova, é elaborado o Decreto Nº 19.851 de 11 de abril de 1931 que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras. Neste documento a extensão é

apresentada como uma prática de propagação do saber universitário, centrada principalmente na realização de cursos.

- **Acadêmico institucional:** a universidade está associada a uma perspectiva transformadora baseada principalmente no método de Paulo Freire. Essa concepção surgiu em 1960, entretanto, por conta do período da ditadura militar, ela só vai ganhar força dentro das universidades a partir da década de 1980, com o período de redemocratização do país. Constitui-se como uma prática educativa que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável.

Apresento agora uma análise desses conceitos de extensão, por meio do olhar de Paulo Freire, o qual faz uma leitura crítica sobre a prática extensionista no seu livro *Extensão ou Comunicação*. A primeira concepção, denominada de *Modelo da transmissão vertical do conhecimento*, revela uma prática antidialógica, em que a universidade é o sujeito e a comunidade é o objeto. Nela a instituição configura-se como autoritária, pois ignora a cultura e o saber local e impõe o seu conhecimento sobre a comunidade. Coaduna com o conceito de Via única, discutido anteriormente.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, p.25, 2006).

A segunda concepção, *Voluntarismo – ação voluntária sociocomunitária*, apresenta a ausência de um método sistematizado, tornando a extensão uma prática de cunho apenas político-ideológico. Apesar disto, destaca-se pelo princípio de uma extensão universitária pautada na dialogicidade.

A terceira concepção, *Ação sociocomunitária institucional*, bem parecida com o primeiro conceito, representa uma extensão com prática domesticadora, em que a comunidade recebe o conhecimento repassado pela universidade. Nesta não há uma ação dialógica, pelo contrário, a via é de mão única. Nela não é considerado o saber popular, e a prática é meramente assistencialista.

A quarta concepção, *Acadêmico institucional*, coaduna com a perspectiva freiriana e traz a discussão da extensão como prática indissociável do ensino e pesquisa, e rompe com o paradigma da extensão universitária reduzida à militância política. Este conceito de extensão traduz a relação transformadora da universidade a partir do processo dialógico. Conforme Serrano (p.11, 2016): “este conceito apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social.”

É perceptível a ligação direta do conceito de extensão universitária com o seu processo histórico. Portanto, a partir de agora, será explanado um pouco mais da história da extensão universitária. As primeiras práticas extensionista registradas foram as realizadas no continente europeu, precisamente no Mosteiro de Alcobaça em Portugal, por volta de 1269, as quais promoviam ações assistencialistas. (ROCHA apud FARIA, 2001). Há ainda o registro na Inglaterra, na Universidade de Cambridge.

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

A extensão universitária tem sua origem ligada ao capitalismo, pois no século XIX, com as contradições latentes do sistema societário vigente e a crescente onda de lutas populares são propostas ações apaziguadoras, no intuito de preservar os interesses da classe dominante. Conforme Paula (2016), é nesse período, em que o Estado sente a necessidade de propiciar políticas para neutralizar as reclamações e lutas da classe trabalhadora, que as universidades começaram a enxergar a problemática das desigualdades sociais, realizando atividades no âmbito da educação, saúde, prestação de serviços, produção cultural, entre outras ações.

Na América Latina, o século XX foi um período de grande efervescência política, resultando em duas revoluções que foram significativamente importantes para a sua história: revolução mexicana (1910) e a revolução cubana (1959). O movimento estudantil de Córdoba que reivindicava a Reforma Universitária, em 1918, também se constituiu como um feito influente na construção histórica e cultural da América Latina. Esses movimentos de lutas trouxeram para as universidades latino-americanas a necessidade de abordar os problemas sociais e se posicionar como um agente de transformação. Sousa (2000, p.14-15) explica:

As Universidades Latino-Americanas seguirão o modelo francês, apesar de esvaziado de seu conteúdo político de unificação cultural, servindo como instrumento de solidificação de ordem vigente e não como agente de transformação. O Manifesto de Córdoba, na Argentina, em 1918, aparece neste momento da história como o marco de uma nova luta por uma reforma da Universidade Latino-Americana que a transformasse e a fizesse assumir seu compromisso social.

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

As primeiras atividades de extensão em instituições de ensino superior no Brasil, segundo Paula (2013), seguiam o modelo europeu de extensão, no qual era voltado basicamente para a educação das classes populares e prestação de serviços.

Conforme Carbonare e Pereira (apud SOUZA, 2013), o nascimento da extensão universitária está associada ao surgimento da universidade no país, no período de 1911 a 1917, e compreendia as ações executadas nos colégios jesuítas e na Universidade Livre de São Paulo, que majoritariamente eram conferências e semanas abertas ao público, cujo objetivo era promover discussões acerca dos problemas sociais e políticos da época. Essa prática extensionista não considerava os anseios da população, tendo pouca participação da sociedade e ausência de caráter dialógico.

Somente com o Decreto-Lei Nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, é que a extensão universitária passa a ser reconhecida oficialmente dentro das universidades brasileiras. No Estatuto das Universidades Brasileiras, a extensão universitária aparece como a execução de cursos educativos e meio de propagação de

ideais que fortalecessem o Estado. Neste documento é descrito o modo de operacionalização da extensão, o qual passa a ser de responsabilidade do Conselho Universitário.

Na década de 1930, sob forte influência do Movimento de Córdoba, os estudantes universitários fundam a União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE constituiu-se como uma forma organizada da luta estudantil, e nasceu para expressar a vontade dos discentes na construção de uma universidade democrática a serviço da população.

Em consonância com Gurgel (apud BARBOSA: 2012), em 1938 aconteceu o Segundo Congresso Nacional dos Estudantes. Nele foi aprovado o Plano de sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, que definiu o ensino, pesquisa e extensão como funções da universidade; essa definição foi inserida na Lei Nº 5540, de 28 de novembro de 1968 (Reforma Universitária). Ainda nesse Plano de sugestões, de 1938, ficou firmado como função da universidade, entre outras, a promoção do conhecimento, a propagação da cultura e a integração entre a universidade e a sociedade.

Com a Reforma Universitária de 1968, a extensão universitária passa a ser obrigatória em todas as instituições de ensino superior no Brasil. Porém, a concepção de extensão dotada pela Reforma Universitária restringia ela a realização de cursos ou prestação de serviços. Com a presença da ditadura militar, a extensão universitária vivenciou uma época de restrições, visto que tudo passava pelo crivo da censura, e muitas ações foram consideradas perigosas para o governo.

Contudo, na década de 1960, de acordo com Barbosa (2012), surgiram várias atividades de extensão individualizadas que ganharam destaque a nível nacional, foram elas: Centro Rural Universitário Federal do Rio Grande do Norte (CRUTAC-RN); Campus Avançado e; Projeto Rondon. Essas ações receberam incentivos e subsídios do Estado, e foram usadas como instrumentos da política desenvolvimentista estatal, conforme pontua Sousa (apud BARBOSA:2012).

O CRUTAC-RN tinha como objetivo propiciar o desenvolvimento regional, considerando os aspectos social, sanitário e intelectual. Foi o grande influente na criação da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC), em 1969, na qual buscava solidificar, por meio da extensão, a relação das universidades com as comunidades rurais. (GURGEL apud BARBOSA: 2012)

O Projeto Rondon surgiu a partir de ações formalmente desvinculadas das universidades, a fim de evitar possíveis enfrentamentos com as instituições de ensino. Suas atividades geralmente eram realizadas nos períodos das férias e objetivavam desenvolver

pesquisa e levar assistência médica e sanitária ao estado de Rondônia. (GURGEL apud BARBOSA:2012). O Projeto Rondon ganhou destaque e passou a ser executado em outros estados, atualmente é coordenado pelo Ministério da Defesa em parceria com os Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Esporte; e Secretaria de Governo da Presidência da República.

O Campus Avançado nasceu baseado no Projeto Rondon, no entanto, tinha na sua estrutura uma relação mais próxima com a universidade. Foi umas das bases para se pensar uma universidade com práticas mais comprometidas com o desenvolvimento local. (GURGEL apud BARBOSA:2012).

Segundo Barbosa, na década de 1970, com a multiplicação de ações de extensão fomentadas pelo Estado, foram criados, junto ao Ministério da Educação (MEC), meios para institucionalizá-los. Nasce a partir daí, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) e conseqüentemente, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

O CODAE nasceu objetivando ser uma instituição que coordenaria a nível nacional a extensão universitária ligada ao MEC, e canalizaria energias para uma articulação dos programas e projetos de maior relevância. Para tanto, seria necessário a criação de um plano de trabalho, o qual foi realizado a partir do agrupamento de “instituições universitárias, coordenadores de atividades extensionistas, Conselho de Reitores, dentre outros representantes de instituições governamentais. (GURGEL apud BARBOSA:2012)

Em 1975 foi apresentado o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária, construído pelo MEC, o qual centrava a consolidação de uma prática extensionista institucionalizada. Neste documento foi pautado a participação dos professores nas atividades de extensão, sendo um avanço na tentativa de desconstruir uma ação extensionista baseada na atuação estudantil. A partir deste plano o MEC assumiu uma maior responsabilidade com a extensão universitária, cumprindo o papel de programar, supervisionar e avaliar as ações extensionistas.

Em 1987 foi fundado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), a partir de um conselho formado pelos pró-reitores de extensão das universidades públicas, os quais desejavam solidificar nacionalmente a prática da extensão universitária. Conforme Gurgel e Nogueira (apud BARBOSA:2012), o Fórum se transformou num “espaço nacional de comunicação e discussão, apresentando, de forma interinstitucional, as concepções de extensão”.

O primeiro Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi em 1987. Nele foi definido um conceito de extensão que objetivava uma prática educativa indissociável do ensino e da pesquisa, possibilitando um processo que abarcasse educação, cultura e ciência como molas propulsoras de uma relação mais dialógica entre universidade e comunidade.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 2000/2001, p.5).

Em 1988, na promulgação da Constituição Federal do Brasil, foi destacado no artigo 207, que as universidades deverão obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Legalmente a extensão ganha uma posição de igualdade perante ao ensino e pesquisa. Todavia a consolidação da prática extensionista ainda não é uma realidade efetiva no Brasil. Dentro das universidades a extensão é muitas vezes esquecida, em face da necessidade desenfreada da construção de um “super currículo” em que a produção científica ganha total destaque. Na formação universitária brasileira atual, a proposta de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão muitas vezes não passa de um discurso enfeitado, em que se dá à universidade a sensação de estar cumprindo seu papel social.

Na prática, predominantemente, a extensão é relegada a um ação dissociada do ensino e da pesquisa. Entretanto, não se pode negar o desenvolvimento e as várias fases da extensão universitária no país, e que hoje, apesar da permanência de uma lógica assistencialista e um “apagamento” das ações extensionistas frente ao destaque dado a pesquisa, a universidade brasileira tem a sua disposição uma fundamentação teórica-metodológica que sustenta o tripé ensino, pesquisa e extensão, e dá margem para uma extensão universitária na perspectiva

freiriana. Por isso, é fundamental para este trabalho a construção histórica da extensão universitária no país.

Em 1996 houve a institucionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, entretanto, esse documento não apresentou nenhum avanço para a consolidação da extensão universitária. E ainda, conforme Barbosa (2012), gerou a disseminação de uma extensão limitada à divulgação do conhecimento produzido na universidade para a sociedade, coadunando com a concepção de “via de mão única”, em que a sociedade é tratada apenas como uma recebedora do conhecimento universitário. No inciso VII, do artigo 43 desta lei, que traz as finalidades da educação superior, a extensão é abordada como uma difusora para a população das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição. Ela não traz no seu texto a concepção de uma extensão dialógica. Talvez, seja fundamentada nesse documento que algumas atividades extensionistas atuais ainda executam ações unilaterais.

A extensão universitária, a partir da organização das instituições de ensino superior em fóruns, passa a ser mais discutida e pautada na sociedade. No âmbito do Ministério da Educação, as políticas de extensão são definidas com a participação dos três fóruns de extensão universitária, que dão representatividade aos seguimentos de educação superior:

a) Fórum de Pró-reitores das Universidades comunitárias e católicas brasileiras (Forext) – Nasceu dos Encontros de Pró-reitores de Extensão e Ação Comunitária das universidades e Instituições de Ensino Superior (IES). Esse Fórum possibilitou:

uma cultura de Extensão desenvolvida pelas instituições comunitárias especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de soluções aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade (PUC MINAS, 2006).

O Forext, segundo Ribeiro e Almeida (apud SOUZA: 2013), declara o seu funcionamento pautado na contribuição para o desenvolvimento da extensão, por meio da reflexão sobre sua consolidação, organização, gestão e avaliação. E enfatiza sua cooperação no entendimento da acerca da identidade, missão e potencial das instituições de ensino superior comunitária no âmbito da extensão;

b) Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)

– Foi constituído em 1987 e defende uma extensão fundada em metodologias de aprendizagens dialógicas, considerando a realidade em que a universidade está inserida. Ela deve resultar em:

democratização do conhecimento acadêmico; instrumentalização do processo dialético teoria/prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade na Universidade; visão integrada do social; relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais (BRASIL, MEC/SESu, 2006. p.22)

Ao observar a história do Forproex, é perceptível sua luta na defesa de um extensão universitária pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos são:

- Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
- Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

c) Fórum de Extensão das IES Particulares (Forexp) – Fundado em 2002, no primeiro Congresso Brasileiro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, em João Pessoa-PB, a partir de um grupo de dirigentes de instituições de ensino superior privado presentes no evento. Eles consideraram que o cenário nacional naquele momento requeria das instituições privadas de ensino superior a execução de uma política de extensão, e tinha como perspectiva reunir estas instituições de ensino superior privado para discutirem em torno das diretrizes da extensão universitárias que seriam executadas por elas.

Esses fóruns, segundo Paro (apud Souza:2013), nascem, marcados pelo processo de luta pela democratização do país. Nesse período expressaram-se movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil em defesa da democracia. Esses fóruns além de fazer coro a essa luta, também foram fundamentais para melhorar as políticas de educação voltadas para o ensino superior da época.

Por meio da redemocratização política vários militantes do campo educacional, anteriormente afastados e até exilados, assumiram a direção de várias universidades, propiciando a permanência das discussões em torno da construção de uma universidade que ouça e dialogue mais com a sociedade.

Com a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 10.172/2001, foram firmadas metas para o ensino superior, dentre elas, ficou definida que todas as Instituições Federais de Ensino Superior deveriam implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão, no qual ficaria estabelecido que 10% dos créditos curriculares fossem destinado à participação dos estudantes em atividades de extensão. (NOGUEIRA apud BARBOSA: 2012).

Vale ressaltar que a fundação dos três fóruns de extensão, delimitaram um avanço nas políticas de extensão universitária, resultando na elaboração do Plano Nacional de Extensão. Outra forma de organização dos representantes da extensão universitária no país é o Conselho Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), o qual busca em parceria com os fóruns, a construção das políticas de extensão nas universidades brasileiras, considerando suas diferentes características e concepções. O Congresso é organizado e realizado a cada dois anos pelos três fóruns de pró-reitores de extensão das universidades.

O Plano Nacional de Extensão Universitária adota uma concepção de extensão e propõe uma extensão afastada dos moldes assistencialistas, assumindo uma roupagem questionadora:

de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo. A institucionalização passava a ser pesquisada, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política (BRASIL, MEC/SESu, 2000/2001).

Seguindo essa perspectiva conceitual, a extensão representa uma ação interdisciplinar entre as instituições de ensino superior e a sociedade. A universidade neste paradigma assume seu compromisso social com a comunidade. As ações de extensão não devem ser da universidade para a comunidade mas, deve ser um conjunto de ações contínuas e bilaterais que envolvam os interesses e demandas de ambas.

Batomé (apud SOUZA: 2013) defende que a extensão universitária antes de ser extensão, é universidade. Isso significa que ela deve ser fundamentada na concepção e identidade que a instituição adota. Ou seja, a extensão só contribui para o desenvolvimento local e regional se dentro da universidade em que está inserida há um planejamento em que a identidade institucional esteja bem definida. Como é o caso do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

2.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFRB

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB é um instrumento de gestão, no qual está definido os objetivos e metas que a instituição deverá assumir. Ele traz no seu corpo textual a identidade da universidade, por meio da filosofia de trabalho, missão, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e demais atividade acadêmicas e científicas que a instituição assumiu concretizar.

O PDI da UFRB foi construído utilizando como alicerces legais a Lei Nº 9394/1996, que define as diretrizes e bases da educação no âmbito nacional; a Lei Nº 10861/2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Decreto Nº 5773/2016, que delinea a respeito da execução das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superiores e cursos superiores de graduação e sequenciais. Destaco que este documento foi elaborado de forma articulada ao Projeto Pedagógico Institucional, no qual estabelece: perfil institucional; cronograma de implantação e desenvolvimento da universidade; perfil do corpo docente e técnico administrativo; política de atendimento aos discentes; organização administrativa; infraestrutura; avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

A UFRB, conforme seu PDI, adota uma perspectiva pluralistas, integradora e dialógica na concretização do seu projeto educacional, e resulta do contexto histórico, político, econômico e social da região denominada Recôncavo Sul, em que está inserida.

No primeiro capítulo foi apresentado um breve histórico desta universidade, incluindo missão e objetivos. Agora será exposto um pouco sobre a realidade em que a UFRB está inserida, com base no que preza o PDI.

2.3.1 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO RECÔNCAVO SUL

O Recôncavo Sul abarca 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo.

A população dessa região, de acordo com o Censo 2010 (IBGE) gira em torno de 726.281 habitantes. 74% do Valor Bruto da Produção é oriundo da produção vegetal, o que a caracteriza como uma região agrícola. A produção de origem animal corresponde a 24% do Valor Bruto da Produção. Conforme o PDI, dados do IBGE mostram que a produção agropecuária na região não é expressiva na geração de renda.

Em meados do século XVI foram estabelecidas, nesta região, as primeiras atividades no setor secundário com a construção do complexo agroindustrial não extrativista de açúcar e fumo, no qual tinha Cachoeira e Santo Amaro como os locais mais estratégicos para esta produção. De lá pra cá, poucas mudanças ocorreram na economia, sendo que atualmente a região possui indústrias pouco intensivas em capital, com baixo investimento tecnológico e inexpressiva geração de emprego e renda. Suas principais indústrias estão voltas para a produção de papel e charutos.

O setor de serviços conta com uma rede de comércio, bancos, ferrovias, rodovias, correios, hospitais e escolas de níveis fundamental, médio e superior. Entretanto, o desenvolvimento do setor terciário na região é bastante limitado. Outra atividade importante

para este setor é o turismo, no qual, aproveita as riquezas naturais, culturais, patrimoniais e artísticas da região, ainda que de forma amadora.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasce numa região que carrega uma rica história de encontros, contradições e trocas culturais. A UFRB faz parte e se reconhece como parte dessa história, pois é fruto das aspirações e da mobilização das comunidades locais. Daí que ela também é herdeira das tradições culturais de luta do povo do Recôncavo. Mas como lugar de encontro e de diversidade, o Recôncavo sempre foi terreno fértil para a invenção e reinvenção. Não por acaso um dos compromissos fundadores da UFRB é com a invenção de outra perspectiva de desenvolvimento que promova a melhoria da vida das pessoas e o exercício pleno de suas capacidades humanas. (UFRB: 2010)

2.3.2 *PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA UFRB*

A UFRB traz no seu Projeto Pedagógico Institucional uma perspectiva de ações que transforme a universidade em uma fonte de saberes, na qual possibilitará para a Região do Recôncavo um desenvolvimento social, econômico e cultural.

Para essa instituição o processo educativo consiste numa prática social e política, realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, objetivando formar pessoas com competência técnica e política, humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.” (UFRB:2009).

O currículo defendido pela UFRB visa romper com o modelo de ciência cartesiano, buscando assim, entender que o homem e a ciência se fazem a partir de uma relação articulada, intencional e crítica.

o currículo como intencionalidade é transformado em ação que perpassa o cotidiano do processo ensino-aprendizagem na instituição escolar e nos espaços de aprendizagem extra-escolares. Por outro lado, os diferentes *locus*, enquanto espaço de concretização das ações educativas que visam operacionalizar o currículo, conformam-se como situações de aprendizagem docente, discente, de transformação pessoal, social, teórica, metodológica e ética. Em síntese, o currículo é aqui entendido como uma construção social. (UFRB, 2009, p. 25-26)

Para esta instituição, o processo ensino-aprendizagem é concebido como entrelaçado às situações sociais escolares e extra-escolares, e resulta no desenvolvimento humano. Esse processo é imbricado por experiências sociais dialógicas, em que os atores envolvidos constroem e desconstroem conhecimentos. Tal processo é dependente da realidade em que ocorre, pois abrange a aquisição dos saberes locais na suas mais diversas formas de expressões.

Para a UFRB, o processo ensino-aprendizagem é baseado em quatro alicerces:

a) *aprender a conhecer* a partir de oportunidades de ensino que se apresentam durante a trajetória de formação profissional; b) *aprender a fazer* a partir do encontro e enfrentamento com a diversidade de situações emergentes nas situações de aprendizagem e da realização de atividades em equipes; c) *aprender a conviver*, desenvolvendo-se na direção do respeito à diversidade cultural, étnica, econômico-social, da negociação e gerenciamento de conflitos; e d) *aprender a ser*, compreendendo a si mesmo e a outros como sujeitos complexos e portadores de riquezas, para além da dimensão econômica. Acrescenta-se, na dimensão do aprender a ser, o processo permanente de autoconstituição como sujeito político e ético nas relações sociais e enfrentamentos que o cotidiano requer. (UFRB: 2009, p. 26)

Conforme seu Projeto Pedagógico Institucional, os currículos dos cursos de graduação da UFRB, na sua efetivação, devem seguir alguns princípios, dentre eles, destaco:

- a) *Construção da identidade institucional*: por meio de ações que contribuem para a efetivação dos compromissos da UFRB para com o Recôncavo e seus discentes, a partir das necessidades da sociedade;
- b) *Interdisciplinaridade*: construção do saber por meio de componentes curriculares que quebrem com a lógica unidisciplinar e avancem com base em paradigmas teóricos e metodológicos diversificados;
- c) *Prática pedagógica que transcenda a sala de aula*: produção do saber a partir dos diversos âmbitos do conhecimento, buscando superar as dicotomias e fragmentação do conhecimento humano.
- e) *Valorização das experiências*: o nascimento do conhecimento deve perpassar pelas mais diversas experiências sociais e vivências.

Ao estudar o Plano de Desenvolvimento da UFRB é visível na estrutura do texto a concepção de uma educação avançada, na qual almeja contribuir para o desenvolvimento regional a partir de ações integradoras de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, é necessário

apresentar neste trabalho a visão da UFRB no que diz respeito a sua responsabilidade social e contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Conforme o PDI 2010-2014 da universidade em questão, a instituição firma o propósito de instituir políticas institucionais, ações e programas que aprofundem sua relação com as comunidades locais, visando ser um espaço de produção científica articulada aos interesses e as necessidades do Recôncavo Baiano. Esse compromisso estabelecido revela uma relação estreita com o modelo de extensão dialógica, em que a comunidade acadêmica e a comunidade externa conversam entre si, e criam conjuntamente ações que visem proporcionar o desenvolvimento social da localidade. A universidade assume, neste paradigma, seu papel de agente transformador.

É válido trazer para esta discussão o conceito de desenvolvimento, buscando assim garantir uma apreensão melhor do objetivo central deste trabalho, que é analisar a prática extensionista no CAHL visando compreender sua relação com a comunidade, suas fragilidades e potencialidades.

A palavra desenvolvimento geralmente está associada ao crescimento econômico. No entanto essa relação é reducionista, e torna-se um erro confundir esses conceitos. Como pontou Celso Furtado (apud SACHS: 2004) em um dos seus discursos: “só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não deve se confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente.”

Com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o termo desenvolvimento passou a ter um sentido mais extenso, buscando assim mostrar a real situação das nações no que concerne às suas condições sociais e econômicas.

Consoante a SACHS (2004), o desenvolvimento, para além do crescimento econômico, depende da cultura, visto que sua materialidade envolve a criação de um projeto que não seja limitado aos aspectos sociais e econômicos, e considere as complexas relações entre o futuro da humanidade e a biosfera. Portanto, a proposta de desenvolvimento não pode ser restrita a meros números, e sim perpassar pela educação, saúde, trabalho, cultura, meio ambiente etc.

A qualidade da vida humana abarca vários aspectos, sendo necessário uma relação dialógica para a construção de um projeto que vise o desenvolvimento local. Conforme Carvalho (2008, p.32):

Quando se trata do aspecto socioeconômico está se tratando de um conjunto de variáveis que engloba a melhoria de condições, atuação, participação e, deve-se acompanhar tais variáveis para que, juntas, possam classificar o nível de evolução daquela sociedade. Faz-se necessário o acompanhamento das condições sociais e econômicas, educacionais e ambientais, entre outros fatores que, através de sua análise individual e conjunta, virá a determinar quanto e como tais fatores interferem no cotidiano em questão.

É preciso atentar, ao analisar o desenvolvimento local ou regional, para o espaço *locus* da pesquisa. Torna-se necessário considerar os diversos atores, movimentos e dinâmicas da realidade local, assim como deve ser observado os fatores externos que impactam na vida social da localidade. Conforme Brandão (apud CARVALHO: 2008), esse processo requer uma conjugação equilibrada das forças endógenas com as interferências das escalas exógenas ao local.

De acordo com Carvalho (2008), a autora ARAÚJO, “mesmo considerando a perspectiva espacial mais ampla, mostra ser necessário observar a presença do espaço de diversidades e heterogeneidades que marcam o processo de desenvolvimento no Brasil, em especial, na região Nordeste”. Essa autora propõe que “é preciso pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado, tratar como positivo, como potencialidade a crescente diferenciação das diversas porções do país” (ARAÚJO, apud CARVALHO, ano).

São vários os conceitos de desenvolvimento, e não cabe, nos limites deste trabalho, o debate acerca da sua diversidade conceitual. O objetivo maior de trazer esta discussão é tentar apresentar a potencialidade da universidade enquanto ator no desenvolvimento local e como suas atividades de extensão são portas de entrada para esse processo. Diante disso é possível perceber a relação do conceito apresentado com a proposta de desenvolvimento que a UFRB propõe ser contribuidora.

A UFRB traz nos seus marcos regulatórios sua concepção de propulsora do desenvolvimento econômico e social do Recôncavo e firma nesses documentos a responsabilidade de estabelecer ações que viabilize sua concretude, por meio de um processo que seja dialogado com a comunidade e respeite a cultura, saberes e conhecimentos locais. A partir de agora, será explicitado a Política de Extensão desta universidade, visando assim fundamentar a análise que será apresentada no terceiro capítulo. No terceiro capítulo será abordado melhor a relação entre desenvolvimento local e extensão universitária no CAHL.

2.3.3 POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFRB

A UFRB traz na sua política de extensão a compreensão de uma prática extensionista como uma conexão contínua com a sociedade, mais precisamente com a comunidade do Recôncavo. Essa visão busca romper com a concepção de extensão *via de mão única*, na qual a universidade é propagadora de conhecimento e a comunidade é recebedora.

A política de extensão da UFRB está amparada na Política Nacional de Extensão Universitária, no Plano Nacional de Extensão, de 1999 e nas diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Nesses marcadores e espaços legais, que regem a Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, a prática extensionista é defendida enquanto processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e promove uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

No site da Rede Nacional de Extensão (RENEX)⁹ pode-se observar a determinação da política nacional, na qual estabelece a prática extensionista como a realização de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos.

Dentro dessa política nacional a execução das ações extensionistas estão sistematizadas em três eixos integradores e tem como prioridade oito áreas de atuação. Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupo Populacionais.

O eixo Áreas Temáticas objetiva guiar a sistematização das ações extensionistas em oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. O eixo Território dedica-se à promoção da integração, em termos espaciais, das ações extensionistas com o território em que são executadas. O território, segundo Brasil (2014), constitui-se tanto como matriz de reprodução de desigualdades sociais e de exclusão, quanto em espaço de construção de representações sociais contraproducente. É observando esses pontos negativos que a integração da extensão visa contrapor. Por fim, o eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas em grupos populacionais específicos, em especial os historicamente excluídos e

⁹A RENEX é um site, fruto da iniciativa do FORPROEX, que mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga as atividades extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil - banco de dados sobre as ações de extensão no país.

os que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Esse eixo visa contrapor às carências e falta de capacidades, conforme aborda Amartya Sen (apud FORPROEX: 2012).

A UFRB assume na sua política de extensão a defesa da produção de conhecimento a partir do encontro do saber acadêmico com os mais diversos saberes existentes na realidade social e cultural, em que a instituição universitária está abrigada. Tal conceituação, resulta numa formação mais qualificada e humana dos discentes; requer uma constante atualização dos docentes; e por fim, contribui para a transformação social.

Considerando essa forma de enxergar a prática extensionista, a UFRB, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), vem elaborando várias ações que propiciam a efetivação da sua política de extensão. Dentre elas, pode se destacar a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação, valorização das atividades de extensão na progressão dos professores e a criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX.

O PIBEX é um programa que oferta bolsas de extensão, com auxílio financeiro, aos graduandos que estejam vinculados a um programa ou projeto de extensão coordenado por um professor da graduação.

As estratégias apontadas para o alcance dos objetivos da extensão universitária da instituição em questão perpassam por: a) reafirmar a extensão como essencial para a formação discente e qualificação da comunidade acadêmica, construída no embate com a realidade; b) propiciar uma integração da política de extensão com as demais políticas do ensino universitário; e c) garantir a implementação de uma extensão nivelada e articulada com o ensino e e pesquisa. Na UFRB a extensão almeja:

- i. Articular-se com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- ii. Propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, pressupondo interação entre os conhecimentos técnicos, ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos;
- iii. Auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades do local, regional e do país, nesta ordem, e
- iv. Promover a articulação da UFRB com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos. (UFRB: 2009, p. 44)

Dentro da política extensionista da UFRB outros dispositivos legais que vem favorecendo sua efetivação são algumas resoluções do Conselho Acadêmico (CONAC), dentre as quais destaco:

- Resolução N° 008/2012, que dispõe sobre as normas que disciplinam o funcionamento do Fundo de Apoio a Extensão da UFRB;
- Resolução N° 003/2014, que dispõe sobre a aprovação das normas que disciplinam as atividades de Extensão Universitária no âmbito da UFRB;
- Resolução N° 011/2014, que dispõe sobre as normas para a criação de Programa Sênior Extensão (PSE), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
- Resolução N° 006/2016, que dispõe sobre o regulamento para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – na UFRB.

A política de extensão da UFRB conta com um arcabouço teórico-metodológico avançado e comprometido com o desenvolvimento regional. Todavia, as dificuldades para sua efetivação são grandes, por isso, é preciso visualizar quais são as atividades de fato que vem sendo efetivadas no âmbito da extensão dentro desta instituição. Será esse o desafio do terceiro capítulo, entretanto, por questões acadêmicas, será feito um recorte, na qual a análise abrangerá somente o Centro de Artes, Humanidades e Letras.

3. CONHECENDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CAHL

O objetivo deste capítulo é tecer um olhar para a experiência da extensão universitária no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), pertencente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nesse sentido, primeiramente é exposto uma breve contextualização do CAHL; e posteriormente apresenta-se as vivências e práticas da extensão universitária deste campi, trazendo juntamente uma análise que visa desvelar a relação estabelecida com a sociedade a luz da teoria freiriana.

3.2 CACHOEIRA E SÃO FÉLIX: MORADA DO CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

Os municípios de Cachoeira e São Félix são sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Terra de grandes riquezas históricas e culturais, ela acolhe o Centro das Artes e Humanidades não por acaso.

Destaca-se que até então, só Cachoeira era reconhecida oficialmente como o habitat desse centro, no entanto, no dia 20 de maio de 2016, na Casa da Cultura Américo Simas, em São Félix, foi realizado uma cerimônia para o reconhecimento e incorporação do nome do município de São Félix ao CAHL/UFRB. Agora ambos tornaram-se a morada desse campi, que tem na sua existência um papel desafiador enquanto espaço das ciências humanas e sociais.

Conforme IBGE (censo 2010), Cachoeira tem uma população de 32.026 habitantes e São Félix, 14.098 habitantes. Esses municípios são um importante centro urbano e representam um ponto de encontro das várias manifestações culturais criadas na região. Apesar de serem ricos em diversidade, história e cultura, encontram-se economicamente e socialmente fragilizados. O Índice de Desenvolvimento Humano de Cachoeira e São Félix, respectivamente são: 0,647 e 0,639 (IBGE:2010).

Situar a realidade econômica, política, social e cultural dessas cidades é essencial quando se pensa a UFRB como agente de desenvolvimento local. Segundo Fialho (2005) a tendência de universidades com modelo multicampi traz consigo a perspectiva do desenvolvimento regional e a diminuição das disparidades sociais.

Ao trazer o debate sobre a extensão universitária e não discutir o seu papel e impacto para o desenvolvimento local seria um equívoco, visto que as ações extensionistas realizadas no modelo de dialogicidade tem na sua essência o papel de contribuidora com a sociedade.

Ao olhar para os eixos definidos pelo Plano Nacional de Extensão, mais precisamente o eixo Território verifica-se a intencionalidade de uma extensão que considere o território, tanto nas suas fragilidades quanto nas suas potencialidades, no sentido de promover ações que venham ser benéficas para a comunidade local.

O eixo Grupos populacionais também revela uma perspectiva de fortalecimento das populações historicamente vulneráveis. Por isso, pensar a prática extensionista significa também criar estratégias que viabilizem a melhoria da qualidade de vida dessas populações, o que, por sua vez, representa um elemento de contribuição para o desenvolvimento local.

As ações de extensão não podem ser apáticas a realidade em que estão inseridas. De maneira diversa, devem ser sensíveis e ter um olhar e uma escuta que permitam uma aproximação respeitosa com as pessoas da comunidade. Elas devem criar estratégias que, ao considerar a cultura, os saberes e práticas locais, propiciem um desenvolvimento para essa região. Pois se a extensão tem um papel de integração, a depender de como é executada pode incluir ou excluir.

A prática extensionista pode incluir quando, junto a população, realiza ações que fortalecem as potencialidades da região e dos seus moradores; e propicia uma coesão social, no sentido de organização popular. E pode excluir, quando realiza ações ditas "extensionistas", todavia não considera a dinâmica e o tempo da população local. A extensão não pode ser vertical, de cima para baixo, e sim o oposto, tem que ser discutida e partilhada de maneira horizontal.

Salienta-se que a universidade não pode assumir o papel do Estado na efetivação de políticas públicas, entretanto, tem a capacidade de ser um elo articulador entre a população e a esfera estatal, principalmente dos sujeitos sociais mais vulneráveis socialmente e economicamente.

A universidade, ao dar suporte para que as pessoas participem mais nas decisões políticas locais, cria bases para o desenvolvimento local. Indica-se aqui, a perspectiva de um desenvolvimento que englobe a participação popular e considere as diferentes especificidades do território, no intuito de encontrar democraticamente a superação das limitações existentes. É numa relação dialógica, respeitando os espaços construídos pela população local que o desenvolvimento deve pautar-se.

3.2 O CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

O Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) nasceu em 2006. Nessa época, não contava com a estrutura que possui atualmente. O Quarteirão Leite Alves foi inaugurado somente em 2009, no dia 29 de maio. Suas atividades tiveram início em salas da Escola Estadual da Cachoeira, e contava com a oferta dos cursos de Comunicação Social, Licenciatura em História e Museologia.

Em 2008 teve incorporado ao seu quadro os cursos de Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual e Serviço Social. Atualmente conta com oito cursos de graduação, além dos já citados, também conta com os cursos de Artes Visuais e Tecnologia em Gestão Pública.

O Centro atualmente é composto por um quadro de 123 docentes e 46 funcionários técnico-administrativo, conforme está publicizado no site da instituição . Respectivamente, os professores encontram-se distribuídos da seguinte forma: 11 professores membros do Colegiado de Artes Visuais, 20 professores membros do Colegiado de Ciências Sociais, 14 professores membros do Colegiado de Cinema e Audiovisual, 16 membros do Colegiado de Comunicação Social, 3 professores de Filosofia, 11 membros do Colegiado de Gestão Pública, 21 membros do Colegiado de História, 14 membros do Colegiado de Museologia e 13 professores do Colegiado de Serviço Social. (UFRB [2016]).

3.2.1 OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAHL

Conforme dados disponíveis no site da universidade¹⁰, pode-se resumir o papel dos cursos existentes no CAHL na seguinte perspectiva:

- Artes Visuais: Desenvolve performances e prepara instalações artísticas para exposições em galerias, museus, coleções, espaços públicos e privados. Os Profissionais em Artes Visuais têm um campo vasto de atuação e abrigam interfaces com outras áreas, como Comunicação, Publicidade e Propaganda, Marketing, Editoração, Jornalismo, Televisão, Cinema, Teatro, Fotografia, Design Gráfico,

¹⁰ Informações coletadas no site: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos>.

Design de Produto, Arquitetura, Decoração, Engenharia, Saúde e Educação.

- Ciências Sociais: Objetiva formar profissionais conscientemente da realidade sociológica, antropológica e política de Região do Recôncavo da Bahia como também para os desafios postos a nível nacional e internacional. Visa formar atores sociais conscientes da realidade social e antropológica da população brasileira e do seu papel na construção de uma sociedade menos desigual e mais justa. Um profissional formado e informado, em conexão constante com as realidades múltiplas e complexas que caracterizam o mundo contemporâneo.
- Cinema e Audiovisual: O profissional formado pelo curso de Cinema e Audiovisual deverá ser apto a atuar como realizador, produtor e pesquisador de produtos audiovisuais; desenvolver atividades relacionadas com o fazer artístico, teórico e crítico; dominar técnicas e conhecimentos sobre organização, planejamento e realização de trabalho em equipe; compreender o cinema e o audiovisual como arte, técnica e comunicação; refletir criticamente sobre sua prática profissional, valorizando os princípios éticos que norteiam a profissão.
- Comunicação Social: Tem como objetivo formar profissionais capazes de compreender, refletir e interferir no processo de comunicação, engendrando conhecimentos que proporcionem o exercício de uma prática profissional teoricamente fundamentada, tecnicamente instrumentalizada e nitidamente inserida no rumo da transformação social. O jornalista é o profissional que trabalha com a produção de bens simbólicos (notícias, reportagens, etc.) e que, através do domínio de linguagens e técnicas específicas, elabora interpretações da realidade, atuando tanto nos meios de comunicação de massa convencionais (rádio, jornal e TV); quanto nos mercados emergentes no campo da comunicação institucional.
- Licenciatura em História: Tem como objetivo central tornar os estudantes capazes de identificar e desenvolver os métodos de investigação, os mecanismos de estudo e as estratégias de abordagem da História; visualizar a História enquanto um campo sistematizado de conhecimento; um espaço intelectual de reflexão sobre o tempo, nas suas mais diversas dimensões (cronológica, social, histórica, coletiva, individual, das festas, do espírito); e enquanto conteúdo de capacitação para o reconhecimento das características, semelhanças e diferenças das sociedades ao longo das temporalidades e das ferramentas de sua transformação e preservação.
- Museologia: Visa preparar profissionais com capacidade de agir criticamente diante das questões sociais, principalmente às questões relacionadas à preservação do patrimônio tangível e intangível das comunidades em todas as especificidades que a área comporta, tais como a pesquisa museológica, as técnicas de conservação e de documentação de acervos e a utilização do patrimônio preservado como objeto para a educação.
- Gestão Pública: Tem como objetivo formar profissionais para atuar como gestores de órgãos públicos, agências reguladoras e

organizações não governamentais. Para tanto a proposta pedagógica do curso tem como pressuposto uma formação multidisciplinar que garanta a aquisição uma formação profissional pautada por conhecimentos técnicos científicos e compreensão teórica e prática em áreas de planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas e de desenvolvimento social.

- Serviço Social: Tem como objetivo orientar os estudantes na identificação de recursos para atendimento e defesa dos direitos sociais; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais; realizar pesquisas para formulação de políticas, programas e projetos sociais, entre outros. (UFRB [2016])

Observa-se que todos os cursos do CAHL tem nos seus objetivos elementos que convergem para uma prática extensionista. Os cursos das artes e humanidades estão intimamente associados aos sujeitos sociais. Se configuram como formação humanística que dentro das suas especificidades tem os seres humanos, sua história, saberes e cultura como centrais a formação técnica-científica.

Pensar sobre a extensão universitária dentro de um centro de artes e humanidades ao mesmo tempo que parece ser uma tarefa fácil, por se tratar de um campi que está preparando profissionais para lidar com questões centrais ao homem, pode ser um desafio, frente as limitações e aos diferentes paradigmas que rondam a universidade.

A defesa pela consolidação da prática extensionista tem relação direta com a formação do estudantes. Pois a extensão, para além de gerar conhecimento e propiciar o fortalecimento da população na construção de um desenvolvimento local, tem um função pedagógica e altamente impactante na formação desses profissionais.

A Política Nacional de Extensão ressalta o papel da prática extensionista na formação e reforça como instrumento a importância de uma flexibilização curricular e a integralização de créditos, alcançados nas ações de extensão da universidade, conforme preza na Constituição Federal de 1988 e o PNE regulamenta. (FORPROEX: 2012).

Na concepção dessa Política para que tais instrumentos tenham qualidade na formação do estudante, é necessário um projeto pedagógico que evidencie: o professor orientador; os objetivos e as responsabilidades dos atores envolvidos; e o modelo de avaliação da participação do estudante.

3.3 AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO CAHL

O presente item constrói-se a partir da quantificação das atividades de extensão desenvolvidas no Centro de Artes, Humanidades e Letras, no período de 2011 a 2015. Destaca-se que as ações extensionistas consideradas nesse trabalho são as que estão catalogadas no site da UFRB e apresentam-se cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da universidade. Considera-se também os dados expostos nos Relatórios de Avaliação Institucional, do referido período acima. Ressalta-se que a inscrição das atividades junto a PROEXT não significa sua efetuação e nem seu reconhecimento pela comunidade acadêmica e comunidade externa.

Evidencia-se que as ações de extensão devem estar pautadas na Política de Extensão da UFRB, conforme as diretrizes estabelecidas pela PROEXT. Isso significa que essas ações devem estar orientada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; e precisam primar por uma prática extensionista que mantenha uma conexão contínua com a sociedade, mais precisamente com a comunidade do Recôncavo.

Questiona-se aqui a relação instituída entre universidade e comunidade externa. A universidade propicia (ou não) mecanismos para que a população sinta-se acolhida e apresente seus anseios, problemas e saberes? A universidade e a comunidade são ativas ou passivas nesse processo?

3.3. 1 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo, ora apresentado, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualiquantitativa, e tem como objetivo central desvelar a prática extensionista do CAHL, observando a consonância (ou não) com a política de extensão adotada pela UFRB; bem como apreender um pouco sobre a relação com a comunidade externa a partir dessas atividades. Entende-se nesse trabalho a metodologia como:

o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). [...] O endeusamento das técnicas produz um formalismo árido ou respostas

esteriotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. (MINAYO et al. 2009, p 14-15).

A abordagem qualiquantitativa, conforme Minayo (1993) é uma forma que abrange os aspectos quantitativos e qualitativos, no sentido de analisar a realidade em seus aspectos mais concretos e aprofundados, ou seja, é a tentativa de alcançar uma visão mais holística. Também utilizou-se, nesse trabalho, a Pesquisa Documental.

Primeiro realizou-se um levantamento de todas atividades de extensão catalogadas e registradas na PROEXT, no período de 2011 a 2015. Tais atividades, no sentido de propiciar metodologicamente um melhor entendimento, apresentam-se divididas em projetos, programas, prestação de serviço e consultoria, e eventos. No sentido de propiciar uma compreensão analítica da (in)efetivação de uma política extensionista no CAHL também considerou-se, nesse trabalho, a perenidade das práticas de extensão.

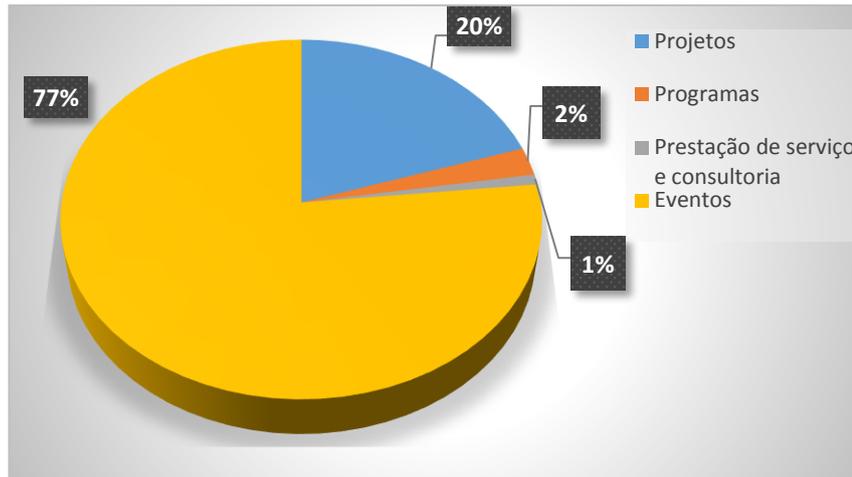
Posterior a isso, realizou-se uma análise a partir dos dados coletados, e leitura dos relatórios de avaliação institucional.

3.3.2 *QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO CAHL DE 2011 A 2015*

3.3.2.1 *AÇÕES DE EXTENSÃO*

Nessa pesquisa, catalogou-se, no período de 2011 a 2015, conforme APÊNDICE A, 88 projetos; 11 programas; 4 prestação de serviço e consultoria; e 338 eventos.

Gráfico 1 – Ações de extensão realizadas no CAHL, de 2011 a 2015.



Fonte: Autoria própria, 2016

Ao observar o gráfico 1 é perceptível que a maior parte das ações extensionistas realizadas no CAHL são eventos (77%). Enquanto isso, os projetos (20%) e programas (2%) ainda não se consolidaram como práticas constantes. Esses dados representam a realidade de uma extensão distanciada dos princípios pregados pela FORPROEX, pois se a realização de eventos é importante, a execução de projetos e programas são essenciais para a consolidação de um modelo extensionista dialógico.

Essas atividades encontram-se distribuídas por ano da seguinte forma:

TABELA 1 – Distribuição das ações de extensão por ano

Ano	Projetos	Programas	Prestação de Serviço e Consultoria	Eventos
2011	20	1	2	52
2012	20	1	2	57
2013	23	3	0	97
2014	18	4	0	76
2015	7	2	0	56
Total	88	11	4	338

Fonte: Autoria própria, 2016

Percebe-se na tabela 1, um declínio das ações de extensão realizadas. Em 2015 a quantidade de projetos e eventos é bastante inferior em relação aos anos anteriores. Esses dados reforçam a tese de que a extensão é relegada a um papel de importância menor diante do ensino e da pesquisa.

A extensão universitária defendida pela UFRB não pode se afastar do princípio da dialogicidade e perenidade das atividades extensionistas. Porém, a pesquisa de dados leva a crer que a Política de Extensão da universidade não está sendo observada pela maioria dos extensionistas do CAHL.

É importante salientar que a extensão universitária para a PROEXT configura-se como um espaço de formação, de produção de conhecimentos e de interlocução das atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população. Constitui-se como um conjunto de práticas educativo-pedagógicas, políticas, multi/interdisciplinares, acadêmico-científicas, culturais e de inclusão social.

É um modo da universidade realizar e participar, em conjunto com outros setores da sociedade, de programas e projetos que promovam a superação das desigualdades sociais e o desenvolvimento regional e sociocultural. Percebe-se aqui o papel social que a extensão universitária tem para a comunidade externa.

Conforme informações coletadas no site da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), projetos e programas podem ser apreendidos da seguinte maneira:

Projeto – Compreende uma ação processual de formação continuada com objetivo específico, de caráter educativo, social, cultural científico ou tecnológico. O projeto tem prazo determinado e pode ser vinculado a um programa.

Programa – É um conjunto de projetos e ações de extensão. É responsável pela valorização e articulação entre pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, podendo ser executado a médio e longo prazos. Também tem como objetivo estimular a interação de alunos da universidade com outros setores da sociedade, através de atividades que contribuam para a sua formação acadêmica, profissional e exercício da cidadania. (UFRB/PROEXT[2016])¹¹

Não foi encontrado nenhum documento da PROEXT que se referisse ao significado dos eventos e da prestação de serviço e consultoria, porém, são integrantes das ações de extensão, conforme estabelece a Política Nacional de Extensão.

Ao analisar os conceitos de projeto e programa verifica-se a importância dessas atividades como práticas extensionistas, no entanto, a pesquisa revela que nesse período tal importância não foi atribuída para a formação dos discentes e para a prática docente.

¹¹ Informações encontradas no site da UFRB. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proext/>

A prática extensionista deve primar pelos seguintes princípios pactuados no FORPROEX:

- 1 a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
- 2 a Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão
- 3 a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil
- 4 a ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas
- 5 a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- 6 a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania. (FORPROEX, 2012, p. 21-22)

Observando esse princípios verifica-se que há ainda muitos caminhos a serem trilhados para a consolidação de uma extensão consoante a esses preceitos. A universidade precisa assumir a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou permanecerá sendo um espaço detentor de conhecimento e não multiplicador de conhecimento.

3.3.2.2 PROFESSORES EXTENSIONISTAS

Gráfico 2 – Porcentagem de professores envolvidos com ações de extensão, conforme registros da Proext, no período de 2011 a 2015.



Fonte: Autoria própria, 2016

Ao observar, quantitativamente os dados, *a priori* podemos considerar uma participação significativa dos docentes nas atividades extensionistas. Todavia, ao observar que a maioria das ações catalogadas são eventos não perenes e de curtíssima duração, pode-se imaginar que a prática de extensão no CAHL é pouca abraçada pelos professores, traduzindo-se mais eventos do que em formulação de projetos e programas.

Percebe-se uma confusão no meio universitário do que seja extensão. Por vezes, tudo o que não está no campo da pesquisa e ensino é apresentado como extensão universitária. Ao observar os eventos realizados nesse período, percebe-se que a maioria não se configura como ação extensionista, pois não atende aos princípios. Ainda há a hipótese de que o quantitativo elevado de eventos tem a ver com a facilidade de cadastro para obtenção dos certificados junto a PROEXT.

A falta de compreensão do que seja extensão universitária perpassa pela formação acadêmica dos docentes. Como professores que não tiveram acesso a ações extensionistas vão executar atividades de extensão? Portanto, é preciso fomentar junto ao corpo docente a importância desse elemento constituinte da universidade.

Conforme o gráfico 1, percebe-se que a quantidade de projetos e programas são mínimos em relação à quantidade de eventos. Logo a participação de professores envolvidos nessas ações

de extensão também é mínima. Cabe destacar que os eventos são considerados como ações de extensão, todavia, eles devem seguir as diretrizes estabelecidas pela FORPROEX, no âmbito do Política Nacional de Extensão, que são:

- Interação Dialógica,
- Interdisciplinariedade e interprofissionalidade,
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,
- Impacto na Formação do Estudante e,
- Impacto e Transformação Social.

(FORPROEX, 2012, p. 16)

O trabalho em voga não está afirmando que os eventos realizados não tiveram importância. Eles provavelmente geraram impactos. Todavia, cabe questionar se esses impactos chegaram até a comunidade externa ou se ficaram restritos ao campo da universidade. Verificou-se na coleta de dados que a maioria dos eventos eram realizados no próprio CAHL, e geralmente o foco deles era a participação dos discentes.

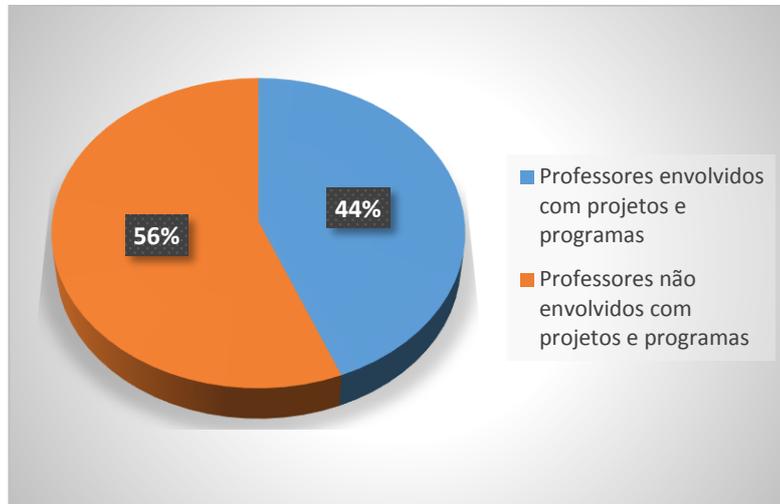
Quando os atores não observam que tais características na formulação de um evento significa uma não aproximação com a comunidade externa, o caráter extensionista dessa ação é perdido. É preciso fomentar mais eventos que tragam a comunidade externa para a universidade, como também realizar eventos que extrapolem os limites físicos da instituição de ensino.

É preciso ter compromisso social na realização da extensão universitária. É preciso cuidar para que ela caia no mesmo problema ético que se percebe na pesquisa: realizar produção de conhecimento para si mesmo. Como parte integrante do tripe constituinte da universidade, a função social da extensão representa a própria função social da instituição de ensino. Se não existe extensão universitária comprometida, tal pouco haverá uma universidade preocupada com a realidade social, elas andam juntas.

A produção de conhecimento precisa ter caráter popular, pois não tem sentido gerar saber e não aplicá-lo na realidade ou não difundi-lo. Consoante Botomé (2001), o papel social das instituições de ensino superior perpassa pela produção de conhecimento social e cientificamente relevante, assim como pela propagação dos saberes produzidos, no sentido de torná-los acessíveis a todos.

3.3.2.3 PROFESSORES EXTENSIONISTAS EM PROJETOS E PROGRAMAS

Gráfico 3 – Professores envolvidos com Projetos e Programas



Fonte: Autoria própria, 2016

Ao olhar para o gráfico 3, é visível a não participação plena dos professores em projetos e programas de extensão. De 123 professores, apenas 54 professores durante cinco anos se envolveram nessas atividades. Esses dados fazem sentido ao observar que a academia exige desses profissionais uma atualização constante do currículo lattes, o qual a pesquisa é carro chefe.

Há ainda um déficit na participação dos professores porque a extensão universitária ainda não ganhou de fato sua importância dentro da universidade, bem como revela que o discurso de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não passou a ser uma realidade concreta.

O Currículo Lattes representa na academia um marcador de avaliação na produção de conhecimento, e prova de que a extensão não tem o mesmo espaço que a pesquisa é que até pouco tempo não havia na plataforma Lattes um espaço para registrar as atividades extensionistas. Revela-se com esse fato que a extensão não é considerada como produtora de saber tal como a pesquisa é.

Na quantificação das atividades, observou-se que os cursos que mais realizaram atividades de extensão, respectivamente, nesse período foram: Serviço Social, Artes Visuais, Comunicação social, Museologia e Cinema e Audiovisual.

O curso de Serviço Social realizou nesse período 83 atividades. Sendo distribuídas na seguinte forma:

- 2011: 3 projetos, 1 programa, 1 prestação de serviço e consultoria e 28 eventos;
- 2012: 4 projetos, 0 programa, 1 prestação de serviço e consultoria e 10 eventos;
- 2013: 3 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria, e 13 eventos;
- 2014: 3 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria, e 13 eventos;
- 2015: 0 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 3 eventos.

O curso de Artes Visuais realizou 83 atividades. Sendo distribuídas na seguinte maneira:

- 2011: 3 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 4 eventos;
- 2012: 2 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 11 eventos
- 2013: 1 projeto, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 20 eventos;
- 2014: 0 projeto, 1 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 25 eventos;
- 2015: 1 projeto, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 15 eventos.

O curso de Comunicação Social realizou 75 atividades. Sendo distribuídas em:

- 2011: 4 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 7 eventos;
- 2012: 4 projetos, 1 programa, 1 prestação de serviço e consultoria e 11 eventos
- 2013: 3 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 25 eventos;
- 2014: 3 projetos, 1 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 5 eventos;
- 2015: 1 projeto, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 9 eventos.

O curso de Museologia realizou 48 ações extensionistas. Estando elas distribuídas da seguinte maneira:

- 2011: 3 projetos, 0 programa, 1 prestação de serviço e consultoria e 4 eventos;
- 2012: 2 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 9 eventos
- 2013: 1 projeto, 1 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 10 eventos;
- 2014: 0 projetos, 1 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 6 eventos;
- 2015: 1 projeto, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 9 eventos.

O curso de Cinema e Audiovisual realizou 42 ações de extensão, distribuídas em:

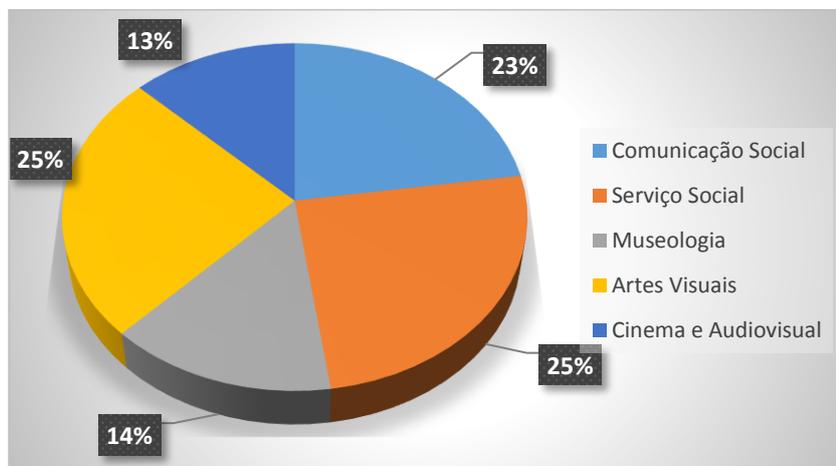
- 2011: 6 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 3 eventos;

- 2012: 3 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 9 eventos
- 2013: 5 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 3 eventos;
- 2014: 4 projetos, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 5 eventos;
- 2015: 3 projeto, 0 programa, 0 prestação de serviço e consultoria e 1 evento.

Observa-se nesses dados que houve um déficit na execução de projetos no período em estudo, tal fato nos indica que, ao invés de aumentar a prática de extensão, houve um decréscimo. Isso repercute diretamente na formação e na construção de uma universidade compromissada com a comunidade local. Ao contrário de uma aproximação, se vê um afastamento da instituição universidade com a realidade para além dos muros.

3.3.2.3 CURSOS MAIS ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE EXTENSÃO

Gráfico 4 – Porcentagem das ações de extensão por curso



Fonte: Autoria própria, 2016

Como mostra o gráfico 4, os cursos que mais realizaram ações de extensão foram o curso de Serviço Social (25%) e o curso de Artes Visuais (25%). Cabe salientar que todos os cursos da UFRB devem realizar extensão, pois ela se constitui como uma prática na formação universitária. Mais adiante esse trabalho apresenta as ações de extensão que destacaram nesse período.

Esses dados revelam a ausência da prática extensionista na formação dos discentes do CAHL. Todos os cursos devem ofertar ações extensionistas, no entanto, verifica-se uma lacuna dessa práxis.

3.3.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2011-2015 NO CAHL

Ao examinar as atividades desenvolvidas nesse período no CAHL, observou-se que ainda é mínima a realização de ações extensionistas mais perenes nesse centro. Tal realidade recai sobre a discussão do ranço que as universidades públicas carregam, que é de não apreender a extensão como geradora de conhecimento. a maioria delas precisam se aproximar mais de uma extensão dialógica, e interagir mais com a comunidade externa.

Conforme os relatórios de avaliação institucional de 2011 a 2015 verificou-se uma baixa efetivação nas ações extensionistas, assim como também foi observado um decréscimo na quantidade de atividade de extensão de 2011 a 2015.

A baixa efetividade nas ações extensionistas planejadas indica a necessidade de diálogo permanente com os órgãos de fomento, os parceiros institucionais, os recursos humanos disponíveis e as pessoas ativas, agentes do seu próprio desenvolvimento, especialmente em segmentos populares do Recôncavo da Bahia. (UFRB, 2016, p.155)

Percebe-se que a maioria das ações de extensão do CAHL aconteceram internamente, nos quais a participação da comunidade externa provavelmente foi mínima. Ao analisar os temas centrais dessas ações, percebeu-se que são eventos, os quais na maioria das vezes discutem assuntos restritos aos cursos de graduação, não tendo um foco na participação da comunidade local.

Foram poucas as ocorrências de eventos que se realizaram para além dos muros da universidade. Nesse quesito, o curso de Serviço Social na Educação, promovido pelo Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação (GTSSSEDU) foi o evento que se destacou, visto que sua realização ocorre em vários municípios baianos, como Salvador, Feira de Santana, Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, etc. Outro fator importante desses eventos é a participação popular. Ele não só abarca os profissionais da comunidade, como também agrega estudantes, vereadores, prefeitos, gestores e a sociedade civil em geral. Dentro da metodologia desses cursos seguem a criação de Núcleos de Estudos, que são alimentados pela realização de outras atividades que possam contribuir para a inserção do Serviço Social na política educacional.

Quanto aos projetos e programas percebeu-se uma aproximação com o conceito de extensão defendida por Paulo Freire, fundada numa relação dialógica em que exista um intercâmbio de conhecimentos.

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem mundo, relações de transformações e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. FREIRE, 19755, p. 36).

No entanto, o CAHL demonstrou estar longe de uma extensão consolidada nos princípios da dialogicidade. Apesar de alguns projetos caminharem nessa tentativa, essa pesquisa demonstrou que o desenvolvimento de ações extensionistas preocupados com a comunidade externa ainda é uma realidade distante.

As atividades de extensão que ganharam destaque no levantamento de dados foram as listadas abaixo por terem apresentado relação com os princípios norteadores da extensão universitária, bem como possuíram ou possuem uma perenidade.

TABELA - ATIVIDADES PERENES DE EXTENSÃO NO CAHL

PROJETOS	PROFESSORES COORDENADORES	CURSO
PROJETO QUADRO A QUADRO- 2011/2012 E 2013/2014 – DE 2011 A 2014.	ANA PAULA NUNES DE ABREU	CINEMA E AUDIOVISUAL
PROJETO FOTOGRAFIAS NO RECÔNCAVO- 2011 A 2016 - PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO	SABRINA MARA SANT'ANNA	CINEMA E AUDIOVISUAL
PROJETO VIVENCIANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO RECÔNCAVO – 2011 A 2016- PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO.	FABIANA COMERLATO	MUSEOLOGIA
PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO CINE CLUBE MÁRIO GUSMÃO- 2011 A 2016 (PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO	CYNTIA ARAÚJO NOGUEIRA	CINEMA E AUDIOVISUAL
PROJETO GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – 2012 A 2016,	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA	SERVIÇO SOCIAL

PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO. EM 2016 PASSOU A SER PROGRAMA.		
PROJETO ARTE - COMPUTAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX (DE 2011 A 2014)	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR	ARTES VISUAIS
PROJETO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO RECÔNCAVO – GTENPO. DE 2012 A 2016. PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO.	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA	SERVIÇO SOCIAL
PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA DA IMPRENSA – ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA HEMEROTECA DO CURSO DE JORNALISMO. DE 2013 A 2015.	HÉRICA LENE O. BRITO, MÁRCIA ROCHA E JUSSARA MAIA	COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROJETO REVISTA DE CINEMA. DE 2011 A 2016. CONTINUA EM EXECUÇÃO.	GUILHERME SARMIENTO DA SILVA	CINEMA E AUDIOVISUAL
PROJETO SITE DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA DO RECÔNCAVO DA BAHIA. DE 2011 A 2016. PROJETO PERENE. CONTINUA EM EXECUÇÃO.	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA	HISTÓRIA
PROJETO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS ESCOLAS. DE 2014 A 2016.	ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS SOCIAIS
PROJETO BRINCADEIRA DE NEGÃO CULTURA POPULAR E EMPODERAMENTO DE JOVENS HOMENS NEGROS NA ESCOLA PÚBLICA. DE 2015 A 2016. EM 2016 PASSOU DE PROJETO A PROGRAMA. CONTINUA EM EXECUÇÃO.	OSMUNDO PINHO	CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMAS		
PROGRAMA ATRUPEÇA – GRUPO DE TEATRO DO CAHL. DE 2013 A 2016. EM EXECUÇÃO.	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO E SILVIO CESAR OLIVEIRA BENEVIDES	GESTÃO PÚBLICA/CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA CONFLITOS, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA CIDADÃ NO RECÔNCAVO DA BAHIA. DE 2015 A 2021. EM EXECUÇÃO.	HERBERT TOLEDO MARTINS	CIÊNCIAS SOCIAIS

EVENTOS		
CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA	SERVIÇO SOCIAL
CACHOEIRA DOC	AMARANTA EMÍLIA CESAR DOS SANTOS E ANA ROSA MARQUES	CINEMA E AUDIOVISUAL
SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB	FABIANA COMERLATO	MUSEOLOGIA
AUDIOPHYLIA	NÃO HÁ COORDENADOR(A) FIXO(A)	MUSEOLOGIA
SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB	FABIANA COMERLATO	MUSEOLOGIA
CINE ARTE	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ	ARTES VISUAIS
ENCONTRO DE GESTÃO PÚBLICA	NÃO HÁ COORDENADOR(A) FIXO(A)	GESTÃO PÚBLICA
CICLO DE DEBATES TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS EM DEBATE	ALBANY MENDONÇA	SERVIÇO SOCIAL
SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO HÁ COORDENADOR(A) FIXO(A)	CIÊNCIAS SOCIAIS

Fonte: Autoria própria, 2016

Dentre essas atividades, as que tiveram maior destaque social foram as seguintes:

- Projeto Quadro a Quadro: cinema, educação e comunidade – esse projeto vem desenvolvendo práticas que possibilitam um maior acesso simbólico à cultura. São realizadas oficinas integrando cinema e educação para estudantes e professores das escolas de Cachoeira, além disso também ocorre a Sessão Escola, que consiste numa exibição mensal de filmes para a comunidade escolar. Está associado às áreas temáticas de educação e cultura.
- Projeto Cineclube Mario Gusmão – tem como objetivo ampliar a difusão e reflexão crítica sobre o cinema baiano e brasileiro. Busca uma aproximação com a comunidade externa tanto na exposição de filmes quanto na produção. O nome escolhido do projeto revela uma preocupação na valorização do local. Mario Gusmão era um ator negro, cachoeirano e ícone do teatro e do cinema baiano. Está associado às áreas temáticas de cultura e comunicação.
- Projeto Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação – tem por objetivo publicizar discussões sobre o tema, e ao mesmo tempo oferecer instrumentos para que estudantes

e profissionais possam participar da construção do Serviço Social na Educação. Promove cursos, fóruns e audiências públicas visando chamar a atenção do poder público para os problemas enfrentados na educação pública. Está vinculado à área temática da educação.

- Projeto Arte-Computação: objetiva a longo prazo a formação e fortalecimento de ambientes de pesquisa e desenvolvimento de software por grupos de estudantes e professores de escolas públicas de São Félix e Cachoeira e da UFRB. Esses estudantes produziram até o momento instrumentos de música eletrônica, pequenos robôs e animações interativas. Está vinculado às área temática de Tecnologia e Produção e Educação.
- Projeto Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas - visa promover ações junto à comunidade escolar cachoeirana, que levem ao entendimento da importância que o Estatuto da Criança e do Adolescente possui dentro e fora do espaço escolar. Está associado às áreas temáticas de educação e direitos humanos e justiça.

Os municípios alcançados pelas atividades de extensão no CAHL são Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro, Salvador, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, Araci, Conceição do Almeida, Camaçari, Coração de Maria, São Felipe, Governador Mangabeira, Porto Seguro, Esplanada e Eunapolis.. Aqui vale ressaltar que essas ações geram impactos para essas localidades e podem ser constituir como fortalecedoras do desenvolvimento local, visto que tanto as ações diretas de caráter interventivo, quanto as ações que suscitam debates acerca de um tema geram uma mobilização da população em torno dos problemas enfrentadas por ela. Todavia, não pode-se afirmar aqui as dimensões dos impactos gerados por essas ações nesses municípios, isso requer a realização de outros estudos e pesquisas.

O desenvolvimento local anda de mãos dadas com a extensão quando esses dois elementos respeitam a comunidade local e mantem um processo de respeito ao lugar, a cultura, aos saberes e às pessoas que ali se encontram. É nessa relação de diálogo que se produz conhecimento como também se gera mobilização para o desenvolvimento local.

A extensão universitária ainda não está consolidada no CAHL como um processo acadêmico indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e na relação com a sociedade. Portanto, o fortalecimento da prática extensionista universitária exige torná-la parte pensante e executora do cotidiano nas universidades.

Nas leituras dos relatórios de avaliação institucional de 2011 a 2015 observou-se a tentativa em instituir as atividades de extensão como crédito curricular por meio de diálogos com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Pró-Reitoria de Política Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). No entanto, a extensão universitária ainda não alcançou uma igualdade com o ensino e a pesquisa, sendo na maioria das vezes utilizada como um espécie de “marketing” para propagar a ideia de uma universidade com compromisso social.

Conforme apresenta a Política Nacional de Extensão, a extensão universitária tem desafios a serem enfrentados, dentre eles, destacam-se nesse trabalho os seguintes:

- garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas
- exercer o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do *status quo*
- fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;
- priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo;
- contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida. (FORPROEX, 2012, p. 22-23)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, que ora se encerra, desvelou dentro das suas limitações que a práxis extensionista no CAHL ainda encontra-se distante de uma extensão pautada na dialogicidade. Isso significa que suas práticas ainda não convergem com a Política de Extensão da UFRB.

A universidade em questão, dentro da sua Política defende uma extensão universitária enquanto processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e promove uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Todavia, o que se percebe é um conjunto de ações que pouco dialogam com a comunidade.

Os dados revelaram que a prática extensionista no CAHL está associada mais a realização de eventos (cursos, palestras, seminários, etc.) do que na execução de projetos e programas. Entende-se que eventos também são elementos de extensão, desde que sigam os princípios pactuados no âmbito do FORPROEX. Porém, o que foi percebido na pesquisa são ações voltadas mais para a comunidade interna do que para a comunidade externa.

Este trabalho também aponta para uma distorção do que venha a ser extensão, principalmente na realização dos eventos. A maioria deles, realizados no período estudado, não tinham relação com a comunidade, e eram voltados para os próprios estudantes, pouco interagiram com a sociedade local.

Esse fato demonstra que há uma falta de compreensão do que seja extensão, pois a maioria das ações que representam a prática extensionista no CAHL não deveriam ser caracterizadas como tal, visto que estão em desacordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Extensão.

Essa distorção é perigosa, pois a práxis pode ser reduzida a um conjunto de atividades que não levam na sua essência o caráter extensionista, e acaba produzindo a sensação de que está se construindo a extensão universitária quando na realidade não está.

Ao mostrar a limitada participação de professores em projetos e programas este trabalho desvela que ainda não consolidou-se uma universidade pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Percebe-se que a construção do currículo lattes em torno da pesquisa faz com que a extensão universitária receba menos atenção dos docentes e discentes. Portanto ainda há um déficit enorme na consolidação desses três elementos constituintes da universidade.

Apesar das tentativas de articulação por meio de ações junto a PROGRAD e a PROPAAE, no intuito de instituir as atividades de extensão como crédito curricular, a UFRB

ainda não conseguiu galgar para a extensão universitária um papel de destaque na formação dos discentes, prática docente e relação com a comunidade externa.

Outro aspecto central da extensão universitária é a sua contribuição para o desenvolvimento local. Para tanto, é preciso fomentar ações que fortaleçam as potencialidades da localidade, bem como, a universidade precisa ser um instrumento a favor da comunidade na sua relação com o Estado. Infelizmente, verifica-se na pesquisa a ausência desses elementos nas atividades extensionista realizadas no CAHL.

Esta pesquisa tentou abordar minimamente a prática extensionista e dentro de suas limitações trouxe a realidade do Centro de Artes, Humanidades e Letras, que apresentou possuir uma práxis pouco consolidada no campo da extensão universitária.

Pensar a extensão universitária dentro um princípio da dialogicidade requer pensar nos riscos que a práxis extensionista pode levar, visto que muitas vezes, estando dentro de um espaço produtor de saber científico os acadêmicos veem a população externa como objeto e ignoram e perdem um momento de dialogar, pensar e trocar conhecimento de forma conjunta. Promover uma extensão pautada no diálogo representa a construção de uma educação libertadora.

A construção de uma universidade popular, democrática e comprometida com a sociedade, exige passagem pela prática da extensão universitária. Portanto, a consolidação das ações de extensão na instituição de ensino superior representa a construção de uma universidade acessível a população. Isso exige posicionamento ético-político, o que leva-se a concluir que a realidade no CAHL de não execução de ações extensionistas pode ser uma escolha política. A não efetivação de uma extensão universitária baseada na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão atende aos interesses de uma perspectiva teórica divergente da defendida no Plano Nacional de Extensão.

Dentro de suas limitações, esse trabalho dá margem para várias outras pesquisas, tais como o apreender a visão dos professores quanto ao conceito de extensão, bem como identificar qual paradigma eles seguem na prática extensionista; e analisar os impactos que a extensão tem gerado para os municípios em que está sendo executada.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. C. **Extensão Universitária:** proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/valeska-cristina-barbosa.pdf> . Acesso em: 15 de junho de 2016.

BOTOMÉ, S. P. **Sobre a noção de comportamento.** FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. (Orgs.) Filosofia - diálogo de horizontes. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 685-708.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 23 de junho de 2016.

_____. Ministério de Educação (MEC) /Secretária de Educação Superior (SESu). Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e Brasileiras. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Porto Alegre; UFGS, Brasília,2006.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU/ MEC. Edição Atualizada. 2000/2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> . Acesso em: 07 de julho de 2016

CAMACHO, T. **A Universidade Pública no Brasil.** Revista de Sociologia. Chile: Universidade de Chile, nº19, p100-133, 2005.

CARVALHO, C. C. S. Universidade como Agente de Desenvolvimento Local: um estudo do papel da Universidade Estadual de Feira de Santana nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Estevão de 2003 a 2007. Disponível em: http://www.uneb.br/pgdr/files/2010/03/dissertacao_celia_christina.pdf. Acesso em 09 de junho de 2016

FARIA, D. S. Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília: Editora UNB, 2001)

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Revista Educar. Curitiba: Editora UFPR, nº28, p. 17-36.

FIALHO, Nadia Hage. Universidade multicampi. Brasília. Plano Editora, 2005.

FILHO, N. A. & SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova. Coimbra, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: . Acesso em: 03 de maio de 2016.

FREIRE. Educação e Mudança. Biblioteca Digital Paulo Freire, 2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2016.

_____. Extensão ou Comunicação. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social. v. II. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. S. ; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRRA, Evando. A Ciência que sonha e o verso que investiga. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NETO, A. B. S. Universidade, Ciência e Violência de Classe. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Política de Extensão Universitária da PUC MINAS. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf . Acesso em 13 de junho de 2016

SACHS, I. Resenha do livro Desenvolvimento Sustentável – desafio do século XXI, de José Eli da Veiga. Revista Ambiente e Sociedade, nº2, 2014, p.214-215.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf . Acesso em 25 de junho de 2016.

SILVA, F. L. Universidade: a ideia e a história. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28634.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2016.

SIMÕES, M. L. O Surgimento das Universidades no Mundo e sua Importância para o contexto da formação docente. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783/10148>. Acesso em 09 de junho de 2016.

SOUZA, J. G. Evolução Histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. Revista da Faculdade de Educação. Campinas: PUCCAMP, nº1, p. 42-58, 1996.

SOUZA, L. A. P. Extensão Universitária: institucionalidade e compromisso social. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/15/file/LENILZA%20ALVES%20PEREIRA%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2016)

SOUZA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. Campinas: Alínea, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014. Cruz das Almas, 2009. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf> . Acesso em: 09 de junho de 2016.

_____. Caminhos, Histórias e Memórias. Cruz das Almas, 2010. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/ufrb-5-anos-caminhos-historias-e-memorias.html> . Acesso em: 09 de junho de 2016.

_____. Relatório Final de Autoavaliação Institucional do I Ciclo Avaliativo 2009-2011. Cruz das Almas. 2012. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/relatorio-final-primeiro-ciclo-avaliativo-2009-2011.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2016.

_____. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional do I Ciclo Avaliativo 2012-2014. Cruz das Almas, 2013. Disponível em: https://ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatorio%20Parcial%20I%20do%20Ciclo%20Avaliativo%202012-2014_atualizado.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2016.

_____. Relatório Final de Autoavaliação Institucional do II Ciclo Avaliativo 2012-2014. Cruz das Almas, 2015. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatorio%20Final%20do%20Segundo%20Ciclo%20Avaliativo%202012-2014.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2016.

_____. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional do Ciclo Avaliativo 2015-2017. Cruz das Almas, 2016. Disponível em: https://ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatorio2015_2017.pdf . Acesso em 11 de maio de 2016.

**APÊNDICE A – LISTA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO REALIZADAS NO PERÍODO
DE 2011 A 2015 NO CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL**

PROJETOS EM 2011

PROJETOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
CINE CAOS CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANGELITA MARIA BOGADO
REVISTA DE CINEMA DA UFRB CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	GUILHERME SARMIENTO DA SILVA
PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO CINECLUBE MÁRIO GUSMÃO CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	CYNTIA ARAÚJO NOGUEIRA
DOCUMENTAÇÃO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA FAMILIAR DE COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO VALE DO IGUAPE CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	AMARANTA EMÍLIA CESAR DOS SANTOS
QUADRO A QUADRO CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANA PAULA NUNES DE ABREU
GARANTIA DOS DIREITOS SEXUAIS DE MULHERES NEGRAS E LÉSBICAS NO ESTADO DA BAHIA FEIRA DE SANTANA-BA	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA
NARRATIVAS EM FLUXO CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	DANILLO SILVA BARATA
FOTOGRAFIAS DO RECÔNCAVO CACHOEIRA-BA	HISTÓRIA E ARTES VISUAIS	SABRINA MARA SANT'ANNA
A CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIAIS ENTRE SABERES LOCAIS E UNIVERSIDADE NAS ARTICULAÇÕES	CIÊNCIAS SOCIAIS	SUZANA MOURA MAIA

POLÍTICAS E SOCIAIS NUMA COMUNIDADE PESQUEIRA DO RECÔNCAVO DA BAHIA CACHOEIRA-BA		
PROJETO INTEGRAR MUSEUS: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA COM A UFRB CACHOEIRA-BA	MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA
CARTOGRAFIA SOCIAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA CACHOEIRA-BA	CIÊNCIAS SOCIAIS	ANA PAULA COMIN DE CARVALHO
RECÔNCAVO EM PROGRAMA JORNALÍSTICO DE TV CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MÁRCIA CRISTINA ROCHA COSTA
POSTE DE OBSERVAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE MÍDIA ALTERNATIVA COM ALUNOS DO RECÔNCAVO BAIANO CACHOEIRA-BA	SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL	GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS E RACHEL SEVERO
VÍDEO EDUCATIVO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA RESEX BAHIA DO IGUAPE CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ALENE DA SILVA LINS
PROJETO CIÊNCIA E TELEJORNALISMO NO RECÔNCAVO CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MÁRCIA CRISTINA ROCHA COSTA
ESTRUTURAÇÃO DO SITE DO LEHRB CACHOEIRA-BA	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
ENCONTROS DE MEDIAÇÕES MUSEOLÓGICAS:	MUSEOLOGIA	RITA DE CÁSSIA SALVADOR DE SOUZA BARBOSA

PROFISSIONAIS DE MUSEUS - MEMÓRIAS PROFISSIONAIS CACHOEIRA-BA		
VIVENCIANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO RECÔNCAVO CACHOEIRA-BA	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
OFICINAS DE ARTE- EDUCAÇÃO NO CAPS/ CACHOEIRA-BA	SERVIÇO SOCIAL	MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE

PROJETOS EM 2012

PROJETOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
CIBERCIDADE: POR UMA CULTURA DA PARTICIPAÇÃO NO TURISMO EM CACHOEIRA E SÃO FÉLIX	COMUNICAÇÃO SOCIAL/CINEMA E AUDIOVISUAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER E CLÁUDIO MANOEL DUARTE
HOMENS & BALEIAS: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
LEVANTAMENTO ASSOCIAÇÕES CIVIS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
LEVANTAMENTO E REGISTRO DE IMÓVEIS PÚBLICOS DO RECÔNCAVO	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
EPISÓDIO PILOTO PARA A SÉRIE EDUCACIONAL EM ANIMAÇÃO “A TURMINHA KIRIMURÊ”	CINEMA E AUDIOVISUAL	ADRIANO ANUNCIAÇÃO OLIVEIRA
ARTE - COMPUTAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX	ARTES VISUAIS	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR
CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E	MUSEOLOGIA	ANA PAULA SOARES PACHECO

REPARADORA DO ACERVO DOCUMENTAL DA SOCIEDADE FILARMÔNICA UNIÃO SANFELIXTA		
EMPREENDEDORISMO ÉTNICO NO RECÔNCAVO: DESENVOLVENDO HABILIDADES EMPREENDEDORAS NO RECONCAVO BAIANO	CIÊNCIAS SOCIAIS	ANGELA FIGUEIREDO
BLOG DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
CIÊNCIA E TELEVISÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MÁRCIA CRISTINA ROCHA COSTA
PORTAL DO RÁDIO DA INTERCOM	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
HUMANIDADES E CONVERGÊNCIAS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE LUIZ CUNHA CARDOSO FILHO E LUIZ HENRIQUE SÁ DA NOVA
DESENVOLVIMENTO E PODER LOCAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA
GRUPO DE TRABALHO SOBRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO RECÔNCAVO - GTENPO	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
HISTÓRIA E COMÉDIA: ESTUDO E REPRESENTAÇÃO DE OBRAS DE ARISTÓFANES.	HISTÓRIA	DENIS RENAN CORREA
RECICLAGEM ELETRÔNICA E CRIATIVIDADE COMO MECANISMOS DE SUSTENTAÇÃO ECONOMICA	ARTES VISUAIS	FERNANDO LUIZ FERREIRA RABELO
IV CICLO DE DEBATES TRABALHO E FORMAÇÃO	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA

PROFISSIONAL: OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS EM DEBATE.		
APOIO À REALIZAÇÃO DO TELEFILME “O MILAGRE DOS PÁSSAROS”	CINEMA E AUDIOVISUAL	ADRIANO ANUNCIÇÃO OLIVEIRA

PROJETOS EM 2013

PROJETOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
QUADRO A QUADRO CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANA PAULA NUNES DE ABREU
CINECLUBE MÁRIO GUSMÃO CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	CYNTIA ARAÚJO NOGUEIRA
REVISTA DE CINEMA DA UFRB CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	GUILHERME SARMIENTO DA SILVA
ARTE - COMPUTAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CACHOEIRA-BA E SÃO FÉLIX-BA	ARTES VISUAIS	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR
SITE DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA DO RECÔNCAVO DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
FOTOGRAFIAS DO RECÔNCAVO CACHOEIRA-BA	HISTÓRIA E ARTES VISUAIS	SABRINA MARA SANT'ANNA
EM DEBATE AS QUESTÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA CACHOEIRA-BA	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA, HENRIQUE ROZENDO, HELENI AVILA, SIMONE BRANDÃO
REDAÇÃO EXPERIMENTAL DE TV CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MÁRCIA CRISTINA ROCHA COSTA E ISMAEL DAL ZOT
PROJETO MULTIMÍDIA: MEASB NA TELA	MUSEOLOGIA	RITA DE CÁSSIA SILVA DORIA

(CRUZ DAS ALMAS-BA)		
PRÁTICAS & DEBATES DA GESTÃO SOCIAL (CRUZ DAS ALMAS-BA)	GESTÃO PÚBLICA	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO
V CICLO DE DEBATES TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS EM DEBATE. CACHOEIRA-BA	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
(I) MOBILIDADE: UM CAOS NOTURNO? CACHOEIRA-BA	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS NO RECÔNCAVO CRUZ DAS ALMAS-BA	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA – UFRB CACHOEIRA-BA	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
HANSEN BAHIA: MAIS QUE SAGRADO, MAIS QUE PROFANO CACHOEIRA-BA	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
VIDEOCLÍPE NO RECÔNCAVO SÃO FÉLIX-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA E ADRIANO OLIVEIRA
BLOG DE ESCOLAS DO RECÔNCAVO CACHOEIRA-BA	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
MEMÓRIA E HISTÓRIA DA IMPRENSA – ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA HEMEROTECA DO CURSO DE JORNALISMO CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	HÉRICA LENE O. BRITO, MÁRCIA ROCHA E JUSSARA MAIA
IV CACHOEIRADOC CACHOEIRA-BA	CINEMA E AUDIOVISUAL	AMARANTA EMÍLIA CESAR DOS SANTOS E ANA ROSA MARQUES

OFICINA DE VÍDEOS CIENTÍFICOS CACHOEIRA-BA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MÁRCIA CRISTINA ROCHA COSTA
FEIRA VIVA, COMUNIDADE SEGURA. (FEIRA DE SANTANA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	HERBERT TOLEDO MARTINS
CINECLUBE ITINERANTE KILOMBO'S (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SUZANA MOURA MAIA
EXPRESSÃO CIDADÃ: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS ESCOLAS. (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA

PROJETOS EM 2014

PROJETOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
FORMAÇÃO E GERENCIAMENTO: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA PARA A COORDENAÇÃO DE PROCESSOS DE GESTÃO DO NUATE NO CAHL/UFRB (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS
SEMINÁRIO A ARTE DA GRAVURA NO BRASIL (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
REVISTA DE CINEMA DA UFRB (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	GUILHERME SARMIENTO DA SILVA
METENDO A COLHER COM A LEI MARIA DA PENHA (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA
CINECLUBE MÁRIO GUSMÃO (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	CYNTIA ARAÚJO NOGUEIRA
MAPAS COTIDIANOS DO RECÔNCAVO: PERSONAGENS,	COMUNICAÇÃO SOCIAL	DANIELA ABREU MATOS, JUSSARA MAIA, LUIZ NOVA

COMUNIDADES E EXPRESSÕES CULTURAIS. (CACHOEIRA-BA)		
EXPOSIÇÃO CONEXÕES GRÁFICAS. (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
EXPOSIÇÃO HANSEN: O SOL EXPRESSIONISTA. (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
MINICURSO “INTRODUÇÃO A GRAVURA EXPANDIDA”. (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
CAPACITAÇÃO DE ESTUDANTES PARA GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE TELEJORNAIS. (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUSSARA MAIA E DANILO SCALDAFERRI
OFICINA DE EDIÇÃO: JORNAL LABORATORIAL REVERSO. (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA
LABORATÓRIO DE PESQUISA, PRÁTICA E EXPERIMENTAÇÃO SONORA – SONATÓRIO. (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL E ARTES VISUAIS	MARINA MAPURUNGA
O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MOVIMENTO. (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA
V CACHOEIRA DOC. (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	AMARANTA EMÍLIA CESAR DOS SANTOS E ANA ROSA MARQUES
GRUPO E TRABALHO SOBRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO RECÔNCAVO –GTENPO 2014-2015. (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
ZONA (IN) CORPÓREA. (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	VANEZA RITA SILVA MELO E ANTONIO CARLOS PORTELA

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: “A SACRALIZAÇÃO DAS RUAS”. (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	ROSY DE OLIVEIRA, EMANOEL SOARES, ANTÔNIO LIBERAC CARDOSO SIMÕES PIRES, FLÁVIA SANTANA, JARDELINA GARCIA, PRISCILLA ELOY, PAULO RICARDO
A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO CAPS ANA NERY/CACHOEIRA. (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE

PROJETOS EM 2015

PROJETOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
CINECLUBE MÁRIO GUSMÃO (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	DANILO SCALDAFERRI
ARTICULE	ARTES VISUAIS	FERNANDO LUIZ FERREIRA RABELO
BRINCADEIRA DE NEGÃO – CULTURA POPULAR E EMPODERAMENTO DE JOVENS HOMENS NEGROS NA ESCOLA PÚBLICA	CIÊNCIAS SOCIAIS	OSMUNDO PINHO
MEMÓRIA E HISTÓRIA DA IMPrensa – ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA HEMEROTECA DO CURSO DE JORNALISMO – II PARTE	COMUNICAÇÃO SOCIAL	HÉRICA LENE E ANA PAULA PACHECO
IMAGINÁRIOS DO MANGUE: AÇÃO E FORMAÇÃO CINEMATOGRAFICA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO IGUAPE. (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	AMARANTA EMÍLIA CESAR
ESTUDO DE PÚBLICO EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO RECÔNCAVO: ATELIER DO MIMO, CINE THEATRO	MUSEOLOGIA	CRISTINA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

CACHOEIRANO, INSTITUTO ROQUE ARAÚJO, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE S. FÉLIX E NUDOC/CAHL. (CACHOEIRA-BA E SÃO FÉLIX-BA)		
VI CACHOEIRADOC – FESTIVAL DE DOCUMENTÁRIOS DE CACHOEIRA	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANA ROSA MARQUES E AMARANTA CESAR

PROGRAMAS

EM 2011:

PROGRAMA	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
APROXIMANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA PESQUISA-AÇÃO-FORMAÇÃO NA REGIÃO DO RECÔNCAVO DO ESTADO DA BAHIA. (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS

EM 2012:

PROGRAMA	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
PROGRAMA REVERSO ONLINE: UMA FERRAMENTA LABORATORIAL PARA O ENSINO DO WEBJORNALISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER

EM 2013

PROGRAMA	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
PERCURSO EXPOGRÁFICO: PESQUISA HISTÓRIA E MEMÓRIA (MUCUGÊ-BA)	MUSEOLOGIA	PATRÍCIA VERÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
ATRUPEÇA – GRUPO DE TEATRO DO CAHL (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO E SILVIO CESAR OLIVEIRA BENEVIDES

GESTÃO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO E DANIELA ABREU MATOS
--	----------------	--

EM 2014

PROGRAMA	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
ENSINO DE HISTORIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ
VIDEO CLIP PELA CIDADANIA I (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA E RACHEL NEUBERGER
TRANSCRIBIR: AÇÕES TRANSDISCIPLINARES EM ARTE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
PESQUISA DE PÚBLICO EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO RECÔNCAVO: CASA DE BARRO, MEMORIAL DA CASA DE CÂMARA E CADEIA E MULEKI ÉTÚ (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	CRISTINA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

EM 2015

PROGRAMA	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
ENSINO DE HISTORIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	HISTÓRIA	MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ
CONFLITOS, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA CIDADÃ NO RECÔNCAVO DA BAHIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	HERBERT TOLEDO MARTINS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CONSULTORIA**EM 2011**

SERVIÇO E CONSULTORIA	RESPONSÁVEL
CONSELHEIRO EFETIVO NO CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA

CONSELHEIRA NO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.	HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA
--	-------------------------------

EM 2012

SERVIÇO E CONSULTORIA	RESPONSÁVEL
CONSELHEIRO NO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 5ª REGIÃO.	FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CAHL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER, HÉRICA LENE E JUSSARA MAIA

EVENTOS EM 2011:

EVENTOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
I ENCONTRO DE GESTÃO PÚBLICA (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM TÉCNICAS DE EDIÇÃO PARA REPORTAGEM TELEVISIVA (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO
VIII CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIO E PERSPECTIVAS (FEIRA DE SANTANA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
PROJETO ESCULTURA DE VIDEO ÁRVORE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
CURSO DE CAPACITAÇÃO DE EDIÇÃO EM ÁUDIO PARA RÁDIO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS: AVANÇOS E DESAFIOS POSTOS A SUA EFETIVAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL E CIÊNCIAS SOCIAIS	SIMONE BRANDÃO SOUZA, MARCIA CLEMENTE E DIOGO VALENTE
POLÍTICAS PÚBLICAS (CONCEIÇÃO DO ALMEIDA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA

CURSO DE EXTENSÃO DE INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL (SANTO AMARO)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
XI CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (FEIRA DE SANTANA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
NOS CAMINHOS DA GESTÃO: PANORAMA DE OITO MUNICÍPIOS DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS VINHAES
A CULTURA DO BARROCO NA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS E HISTÓRIA	SABRINA MARA SANT'ANNA
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO -SÃO FÉLIX-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
OURO PRETO E O PATRIMÔNIO DAS "MINAS GERAIS" (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LUIZ ANTÔNIO SILVA ARAÚJO
II SEMINÁRIO TERRITÓRIOS DA FICÇÃO: BRASIL SÉCULO XXI (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	CARLOS RIBEIRO
II CICLO DE DEBATES TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS EM DEBATE (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA, MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE
XII CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (CAMAÇARI-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA
XIII CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (SALVADOR-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA

XIV CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (SANTO AMARO-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
I FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
IV SEMANA DO SERVIÇO SOCIAL UFRB-2011: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA, MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE, HELENI DUARTE DANTAS DE ÀVILA E FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO.
II SEMINÁRIO DE CONSERVAÇÃO APLICADA A BENS CULTURAIS: EDIFÍCIOS E ACERVOS NO RECÔNCAVO DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	RITA DE CÁSSIA SILVA DORIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR (SALVADOR-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
XV CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (CRUZ DAS ALMAS-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – FEIRA DE SANTANA-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
ENCONTRO O HOMEM E A PESCA NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS
I CONFERÊNCIA LIVRE DE JUVENTUDE DA BOCA DO RIO E PITUAÇU (SALVADOR-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA

I SEMINÁRIO INTERNO DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SALVADOR: O SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DO NESSE SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
I SEMANA DE PESQUISA DE CINEMA E AUDIOVISUAL (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANGELITA MARIA BOGADO
II SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DO NESSE SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
PROJETO CULTURAL RECONGRAFITTI	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
II SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB	MUSEOLOGIA	ANA PAULA SOARES PACHECO E RICARDO JOSÉ CARDOSO BRUGGER
I SIMULADO DA MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
II SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
XVI CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – FEIRA DE SANTANA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA PROFESSOR ANTONIO PITHON PINTO. I PROJETO INTERDISCIPLINAR: SERVIÇO SOCIAL E DIREITO NAS ESCOLAS – SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
XVII CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – SALVADOR-BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
JORNALISMO NA PRÁTICA: ENTREVISTA COLETIVA COM PEDRO ARCHANJO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	GILMAR ADOLFO HERMES

JORNALISMO NA PRÁTICA: ENTREVISTA COLETIVA COM XAVIER VATIN (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	GILMAR ADOLFO HERMES
I SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAHL E V SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA DO CAHL (CACHOEIRA-BA)	CAHL	WILSON ROGÉRIO PENTEADO JR. E RACHEL NEUBERGER
II SEMINÁRIO CORPO, MODA E PERFORMANCE (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE A JUVENTUDE (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
II FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
EM TORNO DO KUDURO > QUESTÕES DA MÚSICA GLOBAL PERIFÉRICA, URBANA E ELETRÔNICA (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA
XVIII CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - SANTO ANTONIO DE JESUS- BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
O PODER DA UTOPIA. ESTÉTICA E POLÍTICA NA ARTE CONTEMPORÂNEA EM ANGOLA (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL E ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA E ANTONIO CARLOS PORTELA
I SEMINÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO ADROALDO RIBEIRO COSTA: LUTAS E CONQUISTAS, UM TEMPO DE AVALIAÇÃO – SALVADOR- BA	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
SEMINÁRIOS ACADÊMICOS DE JORNALISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER E ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO
V ENCONTRO LOCAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	INDIRA COSTA

EVENTOS EM 2012

EVENTOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
AS COISAS DA CIBERCULTURA 1 - PALESTRA INTERNACIONAL	ARTES VISUAIS E CINEMA E AUDIOVISUAL	ALESSANDRA AZEVEDO E CLAUDIO MANOEL DUARTE

(CACHOEIRA-BA)		
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICO (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	IVANA TAVARES MURICY
O USO DO SPSS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A PESQUISA SOCIAL QUANTITATIVA (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA
II SIMULADO DA MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
III CICLO DE DEBATES TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS EM DEBATE. (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA, ÂNGELO VINICIUS CARDOSO DE CARVALHO E MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE
III SEMINÁRIO ACADÊMICO DE JORNALISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO E RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
III SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB: DOCENTES, VIVÊNCIAS E PESQUISAS ATUAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
IV SEMINÁRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA - ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
MESA REDONDA “ENCONTROS BISSEXTOS: CINEMA, IRREALIDADE, SUBJETIVIDADE” E LANÇAMENTO DO LIVRO “A IRREALIDADE NO CINEMA CONTEMPORÂNEO: MATRIX E CIDADE DOS SONHOS” (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	ADRIANO ANUNCIÇÃO OLIVEIRA
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR: O CAMPO TRIDIMENSIONAL NA ARTE BRASILEIRA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
CACHOEIRADOC- FESTIVAL DE DOCUMENTÁRIOS DE CACHOEIRA (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANA ROSA MARQUES E AMARANTA CESAR
III CICLO DE ÉTICA: UNIVERSIDADE E COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE LUIZ CUNHA CARDOSO FILHO

POÉTICAS AUDIOVISUAIS: TRÂNSITOS, PROCESSOS CRIATIVOS E RECOMBINAÇÕES DE SIGNOS E LINGUAGENS (MINICURSO, LANÇAMENTO DE LIVRO E FILME) (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL E ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA, ANA PAULA NUNES E ANGELITA BOGADO (CURSO DE CINEMA E AUDIOVISUAL-CAHL)/LINKLIVRE
I SEMINÁRIO TEMÁTICO DE COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER E RENATA PITOMBO
VISÃO CIRCULAR: PANORAMA 360° DA IMAGEM ESTÁTICA À IMAGEM EM MOVIMENTO: PALESTRA COM O CURADOR TOM VAN VLIET (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
II FÓRUM ESTADUAL DE RÁDIO - 90 ANOS DO RÁDIO NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
WORKSHOP RUMOS ARTES VISUAIS 2011/2013 “ENTRE PERCURSOS E CIRCUITOS - MANOBRAS DA ARTE” (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
ENCONTRO INTEGRAR MUSEUS: PATRIMÔNIOS VIRTUAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA
SARAU DJ 2012 – MÚSICA, MERCADO, NOVAS MÍDIAS (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL E ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA
SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO SINDICAL (CRUZ DAS ALMAS-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO
A CONTEMPORANEIDADE DA ESCOLA DE CHICAGO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS
II COLÓQUIO INTERNACIONAL DO OBSERVATÓRIO DA VIDA ESTUDANTIL (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS
II SEMINÁRIO CORPO E CULTURA (CACHOEIRA-BA)	XXXXX	XXXXX
LANÇAMENTO DO LIVRO “O RÁDIO DA ERA DA CONVERGÊNCIA DAS MÍDIAS” (CRUZ DAS ALMAS-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER

IV REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARTE RUPESTRE (SALVADOR-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO, CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA, CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE
III SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA MESA (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA
AS COISAS DA CIBERCULTURA 4 - ACESSO À CULTURA, DIREITOS E TECNOLOGIAS DO CONTEMPORÂNEO (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL E ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA E EDUARDO GOMES
I ENCONTRO DE CULTURA DE MURITIBA (MURITIBA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	WILSON ROGÉRIO PENTEADO JR.
V CONGRESSO CONSAD (CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTADO) (BRASÍLIA-DF)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
I SEMINÁRIO TEMÁTICO DE COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER E RENATA PITOMBO
AS COISAS DA CIBERCULTURA 3 - ARTE E TECNOLOGIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS E CINEMA E AUDIOVISUAL	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR E CLAUDIO MANOEL DUARTE
VISITA AOS ARQUIVOS HISTÓRICOS E MUSEUS NA "MANCHESTER" MINEIRA (JUIZ DE FORA-MG)	MUSEOLOGIA	LUIZ ANTÔNIO SILVA ARAÚJO
II ENCONTRO DE GESTÃO PÚBLICA: CONTROLE INTERNO E EXTERNO DO GOVERNO (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
AS COISAS DA CIBERCULTURA 2 - ARTE E TECNOLOGIA E INTERATIVIDADES (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS E CINEMA E AUDIOVISUAL	MARILEI FIORELLI E CLAUDIO MANOEL DUARTE
OFICINA: NOÇÕES BÁSICAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E REPARADORA DE ACERVO DOCUMENTAL EM SUPORTE DE PAPEL. (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	ANA PAULA SOARES PACHECO E GILDO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR

O DIÁLOGO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR (SALVADOR-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
A PROFISSÃO DO GESTOR GOVERNAMENTAL E ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA
SEMINÁRIO ENSINO E EXTENSÃO: DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS (FEIRA DE SANTANA)	CAHL	DENISE MESQUITA DE MELO ALMEIDA; NÚCLEO DE FORMAÇÃO – PROEXT/UFRB
ARQUEOLOGIA NA CIDADE: UM PROJETO ONDE A CIDADE SE ENCONTRA COM A SUA CONSTRUÇÃO (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA E FABIANA COMERLATO
OFICINA TEMÁTICA PARA DISCENTES DA INCUBA - TECNOLOGIA SOCIAL E METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO E TATIANA VELLOSO
RODA DE CONVERSA “MAS AFINAL O QUE É VISIBILIDADE LÉSBICA” (CORAÇÃO DE MARIA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA E VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA
CURSO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (SALVADOR-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
O DEBATE POLÍTICO COMO ESPAÇO DE DEMOCRACIA: CONSTRUINDO A CIDADANIA EM CACHOEIRA (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA E VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA
II CURSO DE EDIÇÃO DE ÁUDIO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL EM RÁDIO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
HOMENAGEM DE 30 ANOS DE DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO PARA OS PROFESSORES SÉRGIO MATTOS E ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	ANA PAULA SOARES PACHECO

NOS CAMINHOS DA GESTÃO 2012 (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS
CICLO DE PALESTRAS E CONVERSAS COM ARTISTAS “A ARTE CONTEMPORÂNEA E O PENSAMENTO DA DIFERENÇA” (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
I CINE ESTÉTICA DA COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
ÉTICA EM MOVIMENTO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: CENÁRIOS E DESAFIOS (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	DANIELA ABREU MATOS E EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO
II SEMINÁRIO DA PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESGUALDADE E DESENVOLVIMENTO - OS DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: ENTRE A CRISE DO CAPITALISMO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	NILSON WEISHEIMER
I EXPO CONSERVARTE: EDIFÍCIOS, ACERVOS E ARTISTAS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	RITA DE CÁSSIA SILVA DORIA
MEMÓRIA ORAL E REDAÇÃO – ENTREVISTA COM JOMAR LIMA DA CONCEIÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	GILMAR ADOLFO HERMES
III FESTIVAL DE DOCUMENTÁRIOS DE CACHOEIRA - CACHOEIRADOC (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	AMARANTA EMÍLIA CESAR DOS SANTOS E ANA ROSA MARQUES

EVENTOS EM 2013

EVENTOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
I SEMANA DOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA (CACHOEIRA)	HISTÓRIA	ANTÔNIO MAURÍCIO FREITAS BRITO
II CINE ARTE BRASIL (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E DILSON RODRIGUES MIDLEJ
SEMINÁRIOS DE PESQUISA EM ARTES (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA

FÓRUM DE DEBATES SOBRE A AMÉRICA LATINA (CRUZ DAS ALMAS)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
SEMINÁRIO DE RESIGNIFICAÇÃO DE IMAGENS NA ARTES BRASILEIRA (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ
III SIMULADO DA MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB (CACHOEIRA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
II ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO DE HISTÓRIA: ENSINAR HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: DILEMAS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA (CACHOEIRA)	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS, SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO E LEANDRO ANTONIO ALMEIDA.
IV SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB (CACHOEIRA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
500 ANOS DA OBRA “O PRÍNCIPE” DE MAQUIAVEL (CACHOEIRA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA
CURSO NOÇÕES BÁSICAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E REPARADORA DE ACERVO DOCUMENTAL EM SUPORTE DE PAPEL. (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	ANA PAULA SOARES PACHECO E GILDO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR
MOSTRA DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS (CRUZ DAS ALMAS)	ARTES VISUAIS	ANA ROSA MARQUES E CLÁUDIO MANOEL
GESTÃO CULTURAL, MUSEU E ARTE CONTEMPORÂNEA (PALESTRA COM O DIRETOR DO MUSEU DE ARTE MODERNA DA BAHIA, MARCELO REZENDE) (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA, CAROLINA FIALHO, CLÁUDIO MANOEL DUARTE E CARLOS COSTA
PIRATE BAY, O DOCUMENTÁRIO (OS TORRENTS COMO CRIME E COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO À CULTURA) (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA E WILLE MARCEL
OS PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO POSITIVISMO E MARXISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NA	SERVIÇO SOCIAL	MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XX. (CACHOEIRA)		
SEMINÁRIO: DIÁLOGOS POLÍTICOS E TEÓRICOS ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E AS CIÊNCIAS SOCIAIS. (CACHOEIRA)	SERVIÇO SOCIAL	MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE, VALÉRIA NORONHA DOS SANTOS MIRANDA E SILVIA CRISTINA ARANTES DE SOUZA.
I CINE TEORIAS DA COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
CICLO DE DEBATES SOBRE A POTENCIALIDADE DA RELAÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIÊNCIAS SOCIAIS	LUIZ HENRIQUE SÁ DA NOVA E MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA
RODA DE CONVERSA SOBRE A MULHER LÉSBICA (CACHOEIRA)	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA
O RECÔNCAVO COMO TEMA PARA COMPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS I (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
I SEMINÁRIO ARCCO - RECÔNCAVO DA BAHIA: FOTOGRAFIA, TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
OFICINA BEAM: BIOLOGIA, ELETRÔNICA ARTE E MECANISMOS (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR
I SEMINÁRIO “REPENSANDO O CURRÍCULO DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA” (CACHOEIRA)	HISTÓRIA	FABRÍCIO LYRIO SANTOS, SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO, LEANDRO ANTONIO ALMEIDA, JUVENAL DE CARVALHO E CAMILA SANTIAGO
ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRB COM OS DOCENTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO, JORGE CARDOSO FILHO E HÉRIKA LENE
II SEMINÁRIO TEMÁTICO DE COMUNICAÇÃO (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER, RENATA PITOMBO, JORGE CARDOSO FILHO E HÉRIKA LENE
SIMPÓSIO CULTURA ARTÍSTICA E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS COLONIAIS	ARTES VISUAIS/ HISTÓRIA	SABRINA MARA SANT’ANNA

(CACHOEIRA-BA)		
IV SEMINÁRIO ACADÊMICO DE JORNALISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ROBÉRIO MARCELO RIBEIRO E RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
I RODA DE CONVERSA SOBRE AS ÁFRICAS (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	JUVENAL DE CARVALHO
II ENCONTRO DE CULTURA DE MURITIBA (MURITIBA-BA)	HISTÓRIA	ANTONIO LIBERAC C. SIMÕES PIRES
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA ESTUDANTES DE JORNALISMO ESPECIALIZADO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA
SEMINÁRIO DE INTERCÂMBIO UFRB/UFS (ARACAJU-SE)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA E LÚCIA ARANHA
ENSINO DE HISTÓRIA NAS MODALIDADES ESPECIAIS – ENSINO MÉDIO (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
ANARQUISMO SOCIAL; POR UM ANARQUISMO PARA ALÉM DO VIÉS ACADÊMICO E PANFLETÁRIO (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA
AUDIOPHYLIA (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	PATRÍCIA VERÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
SEXTO ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MUSEOLOGIA: MUSEOLOGIA SOCIAL E PATRIMÔNIO INTEGRAL: MUSEU PARA QUEM? (CACHOEIRA)	MUSEOLOGIA	RICARDO JOSÉ BRÜGGER CARDOSO
SUSTENTABILIDADE E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (BRASÍLIA)	GESTÃO PÚBLICA	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO
I SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA NO RECÔNCAVO CACHOEIRA	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
III ENCONTRO DE GESTÃO PÚBLICA (CACHOEIRA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA

FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR NO CAHL (CACHOEIRA)	SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL	GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS E RACHEL SEVERO ALVES NEUBERGER
OFICINA DE EDIÇÃO – FINAL CUT 7 (CACHOEIRA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
IV CICLO DE ÉTICA: MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REDES SOCIAIS (CACHOEIRA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE LUIZ CUNHA CARDOSO FILHO
CELEBRAÇÃO AO DIA DO ASSISTENTE SOCIAL E 50 ANOS DO CRESS/BA 2013 (CACHOEIRA)	SERVIÇO SOCIAL	FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO
JORNALISMO EM PAUTA (SALVADOR-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA
PROCESSOS DE MEDIAÇÃO CULTURAL: AS RELAÇÕES ENTRE O ESPECTADOR E OS TRABALHOS DE ARTE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
OFICINA DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E REPARADORA DE ACERVOS FONOGRAFICOS (DISCOS) (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA
SALVAGUARDA CULTURAL: VALORIZANDO ELEMENTOS DA CULTURA CRUZALMENSE (PARCERIA) CRUZ DAS ALMAS-BA	CIÊNCIAS SOCIAIS	HERBERT TOLEDO MARTINS
MARXISMO E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA E BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES
SEMINÁRIO CONHECER PARA EFETIVAR: DESTRINCHANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO AOS TRABALHADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZ DAS ALMAS - BA (CRUZ DAS ALMAS-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA
LEGADO RUPESTRE (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA E FABIANA COMERLATO
OFICINA FAMÍLIA, DIREITOS E SISTEMA PRISIONAL	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA

(FEIRA DE SANTANA-BA)		
I PERCURSO EXPOGRÁFICO (IGATU-BA E MUCUGÊ-BA)	MUSEOLOGIA	PATRÍCIA VERÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
I SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SILVIO CESAR OLIVEIRA BENEVIDES E JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA
HQ: A HISTÓRIA DAS NOSSAS HISTÓRIAS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	PATRÍCIA VERÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
I SEMINÁRIO SOBRE O CAMPO DE PÚBLICAS TEMA: CAMPO DE PÚBLICAS: ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO E CARREIRAS (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS, EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO, IVANA TAVARES MURICY
CURSO DE INTRODUÇÃO A EXPRESSÃO AUDIOVISUAL (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SUZANA MOURA MAIA
IV SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB: DOCENTES, VIVÊNCIAS E PESQUISAS ATUAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
II RODA DE CONVERSA SOBRE AS ÁFRICAS (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	JUVENAL DE CARVALHO
VIVÊNCIAS: ENCONTRO DE MESTRES (SANTO AMARO-BA)	ARTES VISUAIS E CINEMA E AUDIOVISUAL	CLÁUDIO ORLANDO COSTA DO NASCIMENTO
CURSO DE ANIMAÇÃO 3D (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	ADRIANO ANUNCIÇÃO OLIVEIRA
ENCONTRO DOS DOCENTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	HÉRICA LENE O. BRITO, RENATA PITOMBO E JORGE CARDOSO FILHO
I ENCONTRO DE CULTURA CIENTÍFICA, GÊNERO E JORNALISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA E LEILA NOGUEIRA
DOBRAVIDA – DOBRA ARTE, ENCANTA VIDA (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	PATRÍCIA VERÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM TÉCNICAS DE EDIÇÃO PARA REPORTAGEM TELEVISIVA TELE I – TURMA A – 2013.1	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUSSARA MAIA E ISMAEL JACOB DAL ZOT JUNIOR

(CACHOEIRA-BA)		
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM TÉCNICAS DE EDIÇÃO PARA REPORTAGEM TELEVISIVA TELE I – TURMA B - 2013.1 (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUSSARA MAIA E ISMAEL JACOB DAL ZOT JUNIOR
DIÁLOGOS DA ARTE BRASILEIRA COM A HISTÓRIA DA ARTE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ, ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E LUDMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITO
I COLÓQUIO FRANCO BRASILEIRO DE ESTÉTICA: FRONTEIRAS NAS ARTES VISUAIS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISOT
III SEMINÁRIO CORPO, MODA E PERFORMANCE (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
IMAGENS DO RECÔNCAVO – EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA COLETIVA (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
PRÊMIO DESTAQUE FOTOGRÁFICO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
MESA REDONDA PROFISSÃO: FOTÓGRAF@ (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
"A TEORIA CRÍTICA: CONTEXTO E PROGRAMA". (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES
"TELEJORNALISMO E SOCIEDADE – DESAFIOS DA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS", COM A PROFESSORA DRA. ITANIA MARIA MOTA GOMES (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUSSARA MAIA E LUIZ NOVA
DIVISÃO ETÁRIA E SEXUAL DO TRABALHO NO POLO COURO-CALÇADISTA DE IPIRÁ-BA (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES
42 ° CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – TUCANO (TUCANO-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
PIXILIZE. OFICINA DE PIXILATION (ANIMAÇÃO	ARTES VISUAIS	FERNANDO LUIZ FERREIRA RABELO

STOP-MOTION COM FOTOGRAFIAS) (CACHOEIRA-BA)		
II SEMANA DOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA DA UFRB (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	WELLINGTON CASTELLUCCI JUNIOR
OFICINA CONTINUADA DE LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA – PROJETO QUADRO A QUADRO (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	ANA PAULA NUNES DE ABREU
DANÇARINAS DO VENTO/INSTALAÇÃO ARTÍSTICA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
FESTA D’AJUDA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA DE UMA TRADIÇÃO (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
OFICINA DE DECORAÇÃO DOS CARROS DOS PREGÕES E PORTAIS DA FESTA D’AJUDA 2013 (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA E CAROLINA FIALHO
“COMUNICAÇÃO EM FOCO”: PALESTRA E LANÇAMENTO DE LIVROS DE PROFESSORES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO DA UFRB (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	HÉRICA LENE O. BRITO
EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL NO RECÔNCAVO (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS
I CICLO DE SEMINÁRIOS SOBRE A UNIVERSIDADE MODERNA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS – O LUGAR DAS HUMANIDADES NA UNIVERSIDADE MODERNA (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES, MARCÍLIO BALIZA, LUIZ NOVA, SILVIA ARANTES E JORGE CARDOSO FILHO
TRABALHO E DIREITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA
II ENCONTRO DE HISTÓRIA DO CAHL (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRÍCIO LYRIO SANTOS
CURSO DE FORMAÇÃO CIDADÃ (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	SILVIA CRISTINA ARANTES

CURADORIA EM DEBATE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLET E LUDIMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITTO
I COLÓQUIO FRANCO BRASILEIRO DE ESTÉTICA: FRONTEIRAS NAS ARTES VISUAIS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
PRÊMIO FRANCISCO MONTEZUMA DE JORNALISMO LABORATORIAL (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA
ENCONTRO DE MÍDIA E MÚSICA (MIMU, UFRB) (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE LUIZ CUNHA CARDOSO FILHO
ENCONTRO RECÔNCAVO: NOS CAMINHOS DA GESTÃO PÚBLICA (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS, EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO E IVANA TAVARES MURICY
ARTE E COMUNICAÇÃO: ESCRITA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
SIMPÓSIO REGIONAL DE ESTUDOS INQUISITORIAIS: O USO DAS FONTES E NOVAS ABORDAGENS (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	MARCO ANTONIO NUNES DA SILVA
LANÇAMENTO LIVRO AS FORMAS DA MODA E EXPOSIÇÃO IMAGEM DE MODA: VITRINA E COTIDIANO (FEIRA DE SANTANA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
ARTES INDÍGENAS NO BRASIL: DO PERÍODO PRÉ- COLONIAL À ATUALIDADE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	LUDIMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITTO
CURSO ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS
VII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: “DIÁLOGOS DA HISTÓRIA” (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS

EVENTOS EM 2014

EVENTOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
----------------	------------------------	-----------------------

CURSO DE INTRODUÇÃO A EXPRESSÃO AUDIOVISUAL (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SUZANA MOURA MAIA
SEMINÁRIO DE GESTÃO DE ACERVOS MULTIMÍDIA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA E RUBENS RAMOS FERREIRA
ARTES INDÍGENAS NO BRASIL: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL À ATUALIDADE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	LUDIMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITTO
SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA, FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO, ALBANY MENDONÇA SILVA, DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA, ILZAMAR PEREIRA, FABRÍCIO ANDRADE, MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA, STELLA MARIA LEAL BASTOS SENES, JOSÉ DA CONCEIÇÃO SANTANA
EXPOSIÇÃO A ARTE SOMOS NÓS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ E ANTONIO C. PORTELA
CURSO ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA - 2013 (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRÍCIO LYRIO SANTOS, SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO E WALTER FRAGA FILHO.
V SEMINÁRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA - REFLEXÕES E PRÁTICAS EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
DIÁLOGOS DE SENTIDO DE FORMA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ
OFICINA DE INTERTEXTUALIDADE: ARTES E SUAS LEITURAS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ
BARROCO EM MINAS GERAIS I OURO PRETO-MG, CONGONHAS DO CAMPO-MG, CACHOEIRA DO CAMPO-MG, GLAURA-MG, SÃO BARTOLOMEU-MG E MARIANA-MG	HISTÓRIA E ARTES VISUAIS	SABRINA MARA SANT'ANNA

SEMINÁRIO CULTURA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: SISTEMA NACIONAL DE CULTURA EM DEBATE. (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	DANIELA ABREU MATOS
I FESTIVAL NACIONAL DE VÍDEO-PROJEÇÕES MAPEADAS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	FERNANDO LUIZ FERREIRA RABELO
EXPOSIÇÕES PINTURA E FOTOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ALENE DA SILVA LINS
TECENDO OS FIOS DA HISTÓRIA: O DEBATE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS REBATIMENTOS NA PROFISSÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA
SEMINÁRIO: RAÇA, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO RECÔNCAVO BAIANO (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	IVANA TAVARES MURICY
SEMINÁRIO FINAL DO PROJETO ORUN AIYÊ: UM ESTUDO PROPOSITIVO EM DEFESA DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO RECÔNCAVO DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA
MEMÓRIAS TIPOGRÁFICAS: INTRODUÇÃO À TIPOGRAFIA (SÃO FÉLIX-BA)	ARTES VISUAIS	LUDIMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITTO
50 ANOS DO GOLPE DE 1964: TÓPICOS DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	ANTÔNIO MAURÍCIO FREITAS BRITO
II SEMINÁRIO MOSTRA MULHER (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SUZANA MOURA MAIA
VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (VIII ENAPEGS) (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO
1964 FAZ 50 ANOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	ANTÔNIO MAURÍCIO FREITAS BRITO
POÉTICAS DA RESISTÊNCIA	ARTES VISUAIS	SILVIO CESAR OLIVEIRA BENEVIDES

(CACHOEIRA-BA)		
PENSANDO A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RECÔNCAVO (CRUZ DAS ALMAS-BA)	GESTÃO PÚBLICA	MARIA INÊS CAETANO FERREIRA
FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA TEORIA SOCIAL MARXIANA : PERSPECTIVAS E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA
I CICLO DE PALESTRA DO MESTRADO PROFISSIONAL HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DEALMEIDA, ROSY DE OLIVEIRA.
VISITA MEDIADA AOS CEMITÉRIOS DE CACHOEIRA (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
V SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB: DOCENTES, VIVÊNCIAS E PESQUISAS ATUAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISA ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
46º CURSO DE EXTENSÃO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. CACHOEIRA-BA (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
OFICINA DE FORMATAÇÃO DE PROJETOS PARA EDITAIS DE CULTURA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS E CINEMA E AUDIOVISUAL	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA
MINI CURSO DE EXTENSÃO E PESQUISA N SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: METODOLOGIAS E RESULTADOS DO GTSSEDU (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
46º CURSO DE EXTENSÃO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. (CRUZ DAS ALMAS-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA

I SEMINÁRIO INTERNO DO GTSSSEDU (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB: O QUE TEMOS? O QUE QUEREMOS? (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	MICHELE DÓREA
: ATUJUWA: OBJETOS PERIGOSOS EM COLEÇÕES DE MUSEUS. OU DO MUSEU COMO ZONA DE CONTATO COSMOPOLÍTICO (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA
II SEMINÁRIO GESTÃO PÚBLICA TEMA: PARTIDOS, ELEIÇÕES E A GESTÃO PÚBLICA (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	DANIELA ABREU MATOS, EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO, IVANA TAVARES MURICY, PEDRO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON.
V SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA DO CAHL/UFRB: DOCENTES, VIVÊNCIAS E PESQUISAS ATUAIS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
XVIII SEMINÁRIO CULTURA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO (CMD): ESPAÇO DAS LEMBRANÇAS. MEMÓRIAS DOS FLUXOS (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	SALETE NERY E SILVIO BENEVIDES
CURSO ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA - (EDIÇÃO 2014) SALVADOR-BA	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS E SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO
VISITA TÉCNICA EXPOSIÇÃO MESTRES DA GRAVURA E 3ª BIENAL DA BAHIA SALVADOR-BA	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ
CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	RITA DE CÁSSIA DIAS PEREIRA ALVES E CLÁUDIO ORLANDO COSTA DO NASCIMENTO
PRODUÇÃO DE DVD COM SHOW, VÍDEO E ÁUDIO DO CANTO UFRB (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	CLÁUDIO MANOEL DUARTE DE SOUZA
V SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO

ENCONTRO INTERNACIONAL GÊNERO E FEMINISMO (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA
STOP MOTION (CACHOEIRA-BA)	CINEMA E AUDIOVISUAL	RAFAEL ALMEIDA RAUEDYS OLIVEIRA
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÚSICA VISUAL (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JÚNIOR E RAQUEL RENNÓ
OFICINA DE TEORIA MUSICAL (CRUZ DAS ALMAS-BA)	ARTES VISUAIS	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA PINTO PEIXOTO E CLÁUDIO MANOEL
III SEMINÁRIO CORPO E CULTURA (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
II ENCONTRO RECÔNCAVO: NOS CAMINHOS DA GESTÃO PÚBLICA (CACHOEIRA-BA)	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS, IVANA TAVARES MURICY E DANIELA ABREU MATOS
ENCONTRO DE ARTES VISUAIS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	LUDMILA DA SILVA RIBEIRO DE BRITTO
ESTUDOS E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM COMUNICAÇÃO (SANTO AMARO-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
ENCONTRO INTERNACIONAL EM HOMENAGEM AOS 150 ANOS DA AIT (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES, DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA, MARCIA DA SILVA CLEMENTE, LUIZ NOVA, FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO, JORGE CARDOSO FILHO
I PROSAS CENOGRÁFICAS (CACHOEIRA-BA)	MUSEOLOGIA	VINÍCIUS SANTOS DA SILVA
SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS (CACHOEIRA-BA)	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA E HELENI AVILA
MINICURSO DE CRIAÇÃO GRÁFICA COM SOFTWARE LIVRES (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	MARILEI FIORELLI
PALESTRA PERFORMANCE DE ORIANA DUARTE - VÍDEOS E ESCRITOS DE PLUS ULTRA NA 3ª BIENAL DA BAHIA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
X PANORAMA INTERNACIONAL COISA DE CINEMA	CINEMA E AUDIOVISUAL	DANILO SCALDAFERRI

(CACHOEIRA-BA)		
PATRIMONIALIZAÇÃO FUTEBOL (SÃO FÉLIX-BA)	MUSEOLOGIA	CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA
OFICINA DE INSTALAÇÕES COREOGRÁFICAS - CORPOAMBIENTE (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
ATELIÊ DE GRAVURA (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
II COLÓQUIO FRANCO- BRASILEIRO DE ESTÉTICA DE CACHOEIRA: FRONTEIRAS DO EFÊMERO NA IMAGEM DIGITAL (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
I MOSTRA DE VIDEOARTE DO RECÔNCAVO DA BAHIA (RE)AÇÕES: REFLEXÕES E RELAÇÕES SOBRE O CORPO- AMBIENTE, O CORPO-SOCIAL E O CORPO- AUTOBIOGRÁFICO (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
PROJETO CRAFTRECÔNCAVO (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
I SEMINÁRIO DO PIBID/HISTÓRIA: A CONSCIÊNCIA NEGRA EM DEBATE (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS
VI FEIRA DE CULTURA AFRO BRASILEIRA DO IGUAPE (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	ADINIL BATISTA DE SOUZA
WORKSHOP PRÁTICA DE ILUMINAÇÃO EM ESTÚDIO – 2014.1 (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
IV RECEPÇÃO DXS CALOURXS DE HISTÓRIA (CACHOEIRA-BA)	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS
SEMINÁRIO ARCCO - RECÔNCAVO DA BAHIA: FOTOGRAFIA, TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (CACHOEIRA-BA)	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX
JORNALISMO E POLÍTICA NO PERÍODO ELEITORAL (CACHOEIRA-BA)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	LUIZ HENRIQUE SÁ DA NOVA
EXPERIMENTAÇÕES ANTROPOÉTICAS (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
OFICINA DE CRIAÇÃO GRÁFICA COM SOFTWARE LIVRES (CACHOEIRA-BA)	ARTES VISUAIS	MARILEI FIORELLI

OFICINA VIRAÇÕES FOTOGRÁFICAS: INTRODUÇÃO E PRÁTICA FOTOGRÁFICA APLICADA À ARTE.	ARTES VISUAIS	ANTÔNIO CARLOS PORTELA E NERIZE PORTELA M. LEONCIO
A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: DOCUMENTOS QUE VIABILIZAM DIREITOS!	SERVIÇO SOCIAL	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA
SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS	SERVIÇO SOCIAL	ALBANY MENDONÇA SILVA E HELENI AVILA
CURSO ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA	HISTÓRIA	FABRICIO LYRIO SANTOS; SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO, JACIRA CRISTINA SANTOS PRIMO, LUÍS HENRIQUE SILVA SANT'ANA E WALTER JORGE OLIVEIRA DA SILVA
PROJETO VERANENGLIS	XXXXXXXXXXXX	GIZANE RIBEIRO DE SANTANA

EVENTOS EM 2015:

EVENTOS	CURSO VINCULADO	COORDENADOR(A)
COMUNICAÇÃO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE CARDOSO FILHO; JUSSARA MAIA; HÉRICA LENE OLIVEIRA BRITO
SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE - 01/2015	SERVIÇO SOCIAL	VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA, FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA ROZENDO, ALBANY MENDONÇA SILVA, DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA, ILZAMAR PEREIRA, FABRÍCIO ANDRADE, MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA, STELLA MARIA LEAL BASTOS SENES, JOSÉ DA CONCEIÇÃO SANTANA.
CIÊNCIAS SOCIAIS E OBJETOS PERIFÉRICOS: A FORMULAÇÃO CONCEITUAL DE ÁFRICA	CIÊNCIAS SOCIAIS	DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA
OFICINA DE INSTALAÇÕES COREOGRÁFICAS - CORPOAMBIENTE	ARTES VISUAIS	FLÁVIA PEDROSO SILVA, ANTONIO CARLOS PORTELA
SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE - 02/2015	SERVIÇO SOCIAL	VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA MIRANDA, FRANCISCO HENRIQUE DA

		COSTA ROZENDO, ALBANY MENDONÇA SILVA, DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA, ILZAMAR PEREIRA, FABRÍCIO ANDRADE, MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA, STELLA MARIA LEAL BASTOS SENES, JOSÉ DA CONCEIÇÃO SANTANA.
VI SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO CAHL/UFRB	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
CINE HISTÓRIA	HISTÓRIA	DENIS RENAN CORREA
EXPOSIÇÃO AUDIOPHYLIA E OFICINAS DE PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	MUSEOLOGIA	RITA DE CÁSSIA SALVADOR DE SOUZA BARBOSA
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE TCC	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS E EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO
INTERFACES COMUNICACIONAIS: MESA- REDONDA E LANÇAMENTO DE LIVROS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	HÉRICA LENE
COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATES E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS	IVANA TAVARES MURICY E CRISTIANE SANTOS SOUZA (UNILAB)
OFICINA DE INSTALAÇÕES COREOGRÁFICAS - CORPOAMBIENTE	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS PORTELA E FLÁVIA PEDROSO SILVA
QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNIDADE DE SANTIAGO DO IGUAPE (CACHOEIRA-BA)	CIÊNCIAS SOCIAIS	IVANA TAVARES MURICY
CINE ARTE I	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA: QUE POLÍTICA QUEREMOS?	SERVIÇO SOCIAL	SIMONE BRANDÃO SOUZA

EXPOSIÇÕES DOS TCCS - CAHL	ARTES VISUAIS	ANA VALECIA ARAUJO RIBEIRO BRISSOT
ÉTICA E MUSEU	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO E HENRY LUYDY ABRAHAM FERNANDES
II VISITA MEDIADA AOS CEMITÉRIOS DE CACHOEIRA	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
CIÊNCIAS SOCIAIS E OBJETOS PERIFÉRICOS: A FORMULAÇÃO CONCEITUAL DE ÁFRICA	CIÊNCIAS SOCIAIS	DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA
OFICINA O RECÔNCAVO COMO TEMA PARA COMPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS II	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
I ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA E JULIANO MASCARENHAS
I SEMANA DE DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E COMBATE A LGBT*FOBIA DE MURITIBA – I SEDIVERGEM	MUSEOLOGIA	VINÍCIUS SANTOS DA SILVA
VISITA TÉCNICA AO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	ARTES VISUAIS E HISTÓRIA	DILSON RODRIGUES MIDLEJ
A CIDADE TAMBÉM EDUCA.	HISTÓRIA	WELLINGTON CASTELLUCCI JR.
CAPACITAÇÃO PRÁTICA BÁSICA EM MÉTODOS DE PESQUISA	GESTÃO PÚBLICA	LYS MARIA VINHAES DANTAS E OLIVIA MARIA COSTA SILVEIRA(UFBA)
1ª MOSTRA DE VÍDEOS DO PIBID: UM OLHAR PATRIMONIAL EM CACHOEIRA	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
A ESPETACULARIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS EM PEQUENAS CIDADES E AS PECULIARIDADES CULTURAIS LOCAIS / REGIONAIS.	CIÊNCIAS SOCIAIS	MARIA SALETE DE SOUZA NERY
II ENCONTRO BAIANO DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS (II EBECs)	CIÊNCIAS SOCIAIS	LAIZ LÁIZA GONÇALVES DE MELLO DA CONCEIÇÃO E ANA QUELE DA SILVA PASSOS

SEGUNDO CICLO DE PALESTRAS A ARTE CONTEMPORÂNEA E O PENSAMENTO DA DIFERENÇA: SEMINÁRIO ARTE COMO JOGO E CONVERSA COM ARTISTA	ARTES VISUAIS	DILSON RODRIGUES MIDLEJ E ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PORTELA
MODA, CULTURA E ARTE: ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISA CORPO E CULTURA (UFRB) E HISTÓRIA DA ARTE E CULTURA DE MODA (UFRGS)	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA
I ENCONTRO MUSEOLOGIA UFRB E INSTITUIÇÕES MUSEAIS DO RECÔNCAVO	MUSEOLOGIA	JOANA ANGÉLICA FLORES SILVA
MEMÓRIAS PATAXÓ	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO
ARÓYÉ. ENCONTRO DE CULTURAS AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA, RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E EDUCAÇÃO NO RECÔNCAVO BAIANO	HISTÓRIA	MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ
EXPOSIÇÃO EM TRÂNSITO	ARTES VISUAIS	TAÍS LIMA GONÇALVES AMORIM DA SILVA E VANEZA RITA SILVA MELO
CRIAÇÃO DE VÍDEO-AULAS PARA APOIO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS COMO TCC PARA GESTÃO PÚBLICA (CSTGP)	GESTÃO PÚBLICA E CINEMA E AUDIOVISUAL	LYS MARIA VINHAES DANTAS E ADRIANO ANUNCIAÇÃO OLIVEIRA
GRAVURA: RELATOS E REGISTROS (VINCULADO AO PROJETO "[RE]IMAGE - GRUPO DE PESQUISA EM ARTES VISUAIS")	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS PORTELA
ATELIÊ DE GRAVURA (VINCULADO AO PROJETO "[RE]IMAGE - GRUPO DE PESQUISA EM ARTES VISUAIS")	ARTES VISUAIS	ANTONIO CARLOS PORTELA
PRÊMIO FRANCISCO MONTEZUMA DE COMUNICAÇÃO 2015	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA E JUCIARA MARIA NOGUEIRA BARBOSA
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PARA ONDE	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA

VAI O ENSINO DE HISTÓRIA?		
SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO E PROCESSOS HISTÓRICOS - RECOM	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORGE CARDOSO FILHO
MINICURSO DE RPG E ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE TEORIA E PRÁTICA	HISTÓRIA	LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA
I ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO ENTRE LADA E LAPALEO (VINCULADO AO GRUPO DE PESQUISA DA UFRB: RECÔNCAVO ARQUEOLÓGICO E GRUPO DE PALEONTOLOGIA DO RECÔNCAVO DA BAHIA.)	MUSEOLOGIA	FABIANA COMERLATO E CAROLINA SALDANHA SCHERER
III CICLO DE PALESTRAS: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS- UFRB	HISTÓRIA	ROSY DE OLIVEIRA E FABIANA COMERLLATO
III SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – A BAHIA FALA! AS CIÊNCIAS SOCAIS ENTENDEM?	CIÊNCIAS SOCIAIS	LUÍS FLÁVIO REIS GODINHO, MAURÍCIO FERREIRA SILVA, LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA E SILVIO CESAR OLIVEIRA BENEVIDES
MOSTRA IMERSÕES: MICROUNIVERSOS EM EXPERIMENTOS DIGITAIS	ARTES VISUAIS	JARBAS JÁCOME DE OLIVEIRA JUNIOR
LABORATÓRIOS DE SI: LIGHT FLUX – LIGHT PAINTING EM TEMPO REAL	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
LABORATÓRIOS DE SI: CRIAÇÕES POÉTICAS EM FOTOGRAFIA	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
LABORATÓRIOS DE SI - [RE] DESCOBRINDO O PRÓPRIO EU NO CORPO	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
LABORATÓRIOS DE SI: LENDO AS IMAGENS DO CORPO	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
LABORATÓRIOS DE SI: CORPO, IMAGEM E LIGHT PAINTING	ARTES VISUAIS	ANA VALÉCIA ARAÚJO RIBEIRO BRISSOT
IV SEMINÁRIO CORPO, MODA, PERFORMANCE –	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA PITOMBO CIDREIRA

HISTÓRIA, MODA E JORNALISMO		
O ENSINO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NA ESCOLA	HISTÓRIA	DANILO FÉ SILVA
II OFICINA DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE TCC	CIÊNCIAS SOCIAIS	BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES
I CICLO AQUENDANDO! BABADO, FECHAÇÃO E TRANSFORMISMO	MUSEOLOGIA	VINÍCIUS SANTOS DA SILVA
EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS “KOSHAS”	ARTES VISUAIS	NERIZE PORTELA M. LEONCIO
O ENSINO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NA ESCOLA	HISTÓRIA	DANILO FÉ SILVA